

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL E EXTENSÃO

HELOISA HELENA DE FARIA TORRES

A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA BRASILEIRA
– UM ESTUDO SOBRE A CERTIFICAÇÃO RTRS (*ROUND TABLE ON*
***RESPONSIBLE SOY*) APLICADA NA EMPRESA AMAGGI**

CURITIBA

2017

HELOISA HELENA DE FARIA TORRES

**A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE SOJA BRASILEIRA
– UM ESTUDO SOBRE A CERTIFICAÇÃO RTRS (*ROUND TABLE ON
RESPONSIBLE SOY*) APLICADA NA EMPRESA AMAGGI**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-graduação em Economia e Meio Ambiente, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Anadalvo Juazeiro dos Santos

Co-Orientadora: Isabele Sena Mendonça

CURITIBA

2017

RESUMO

Os impactos socioambientais negativos da produção da soja brasileira e a pressão exercida pelos *stakeholders da cadeia de valor da soja* por uma produção mais sustentável, entre outros aspectos, levam os produtores rurais a repensarem seus antigos modelos de cultivo e também cria oportunidade para ao mercado de certificações agrícolas no Brasil. A proposta deste estudo é abordar aspectos teóricos e práticos, por meio de uma revisão de literatura e estudos de casos publicados, sobre os principais impactos socioambientais da produção da soja, analisando assim, a partir desta perspectiva, o modelo de certificação RTRS (*Round Table Responsible Soy*), um padrão internacional criado com a intenção de fomentar a produção de soja responsável. A soja certificada neste padrão vem sendo comercializada pelo Brasil desde 2011 e está em franca expansão. A demanda internacional, principalmente do mercado Europeu, por soja sustentável vem aumentando de forma significativa nos anos, segundo a RTRS (2016), só entre 2013 e 2014 a demanda por soja certificada aumentou em 50%. Como resultado, este traz maior clareza acerca da aplicação prática do padrão RTRS e dos resultados obtidos por este modelo de certificação por meio do caso da AMAGGI, primeira empresa no mundo a comercializar soja certificada RTRS.

Palavras-chave: RTRS; AMAGGI; soja responsável; certificações agrícolas.

ABSTRACT

The environmental impacts of soy production in Brazil and the pressure exerted by stakeholders of the soy value chain for a more sustainable production, among other things, lead farmers to rethink their old models of cultivation and also creates opportunity for the market of agricultural certification in Brazil. The purpose of this study is to explore the theoretical and practical aspects, through a literature review and case studies published on the main socio-environmental impacts of soy production, analyzing it, from this perspective, the model of RTRS certification (Round Table Responsible Soy), an international standard created with the intention of encouraging responsible soy production. The soya beans certified this pattern is being marketed by Brazil since 2011 and is in full expansion. The international demand, mainly from the European market, for sustainable soybean has been increasing significantly in years, according to the RTRS (2016), only between 2013 and 2014 the demand for certified soy has increased by 50%. As a result, this brings greater clarity about the practical application of the RTRS standard and the results obtained by this model of certification through the case of AMAGGI, first company in the world to sell soybeans RTRS certified.

Keywords: RTRS, AMAGGI; responsible soy; agricultural certifications.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - O CRESCIMENTO DA ÁREA MUNDIAL DE SOJA.....	11
FIGURA 2 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA.....	12
FIGURA 3 - PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO.....	20
FIGURA 4 - CERTIFICAR A PRODUÇÃO.....	21
FIGURA 5 - POSSIBILIDADE DE REQUERER UMA CERTIFICAÇÃO PASSO-A-PASSO.....	22
FIGURA 6 - PRODUTIVIDADE MÉDIA AMAGGI AGRO.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	– <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
IMAFLORA	– Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	– Organização Não Governamental
RAS	– Rede de Agricultura Sustentável
RTRS	– <i>Round Table Responsible Soy</i>
TNC	– <i>The Nature Conservancy</i>
WWF	– <i>World Wide Found for Nature</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 GERAL	10
2.2 ESPECÍFICOS.....	10
3 MÉTODO.....	11
4 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA SOJA NO BRASIL	12
5 CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	17
6. O PADRÃO RTRS E REQUISITOS PARA A CERTIFICAÇÃO.....	20
6.1 REQUISITOS PARA CERTIFICAR A PRODUÇÃO:	22
6.2 REQUISITOS PARA CERTIFICAR A CADEIA DE CUSTÓDIA:	24
7. O CASO DA CERTIFICAÇÃO RTRS NA AMAGGI.....	25
8 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS:	31
ANEXOS	34

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados da EMBRAPA (2016), o Brasil é o maior exportador segundo maior produtor de soja no mundo, sendo o estado do Mato Grosso responsável por cerca de 30% de toda a soja produzida no país. Além disso, conforme divulgado pelo Ministério da Agricultura (2016), a soja também é a cultura agrícola que mais cresceu no Brasil nas últimas três décadas ocupando 49% da área plantada em grãos no país. Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016), confirmou que a participação do agronegócio na balança comercial brasileira corresponde a 46,2% de tudo que é vendido ao exterior e, em valor exportado, a soja ocupa a primeira posição no ranking de vendas externas.

Outro dado importante trazido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016), além do alto volume de produção, a soja brasileira possui alto teor de proteína e padrão de qualidade “Premium”, o que permite a entrada em mercados altamente exigentes como Europa e Japão, por exemplo. E são estes mercados, principalmente a Europa, que tem pressionado os seus fornecedores a garantirem a origem de seus produtos e de uma produção sustentável. Entretanto, segundo a *FERN* (2017), uma ONG ambientalista europeia, a principal causa de desmatamento no Brasil, nos últimos 20 anos, é o plantio de soja e a criação de gado. Este, segundo a ONG, é um dado alarmante visto que o Brasil fornece um quarto da soja consumida no mundo, sendo a União Europeia responsável pela importação de 14 milhões de toneladas de soja por ano.

Tendo em vista a significativa importância da soja brasileira para o mundo e preocupados com os impactos socioambientais do cultivo da soja no Brasil é que produtores membros da *Round Table Responsible Soy Association* (RTRS), instituição criada na Holanda em 2006, decidiram instituir um padrão para produção de soja responsável. Este protocolo padrão para a produção de soja responsável começou a ser construído em 2009 e obteve suas primeiras certificações oficialmente na safra 2010/2011.

A primeira empresa no mundo a certificar neste padrão foi a AMAGGI, uma empresa brasileira com sede em Cuiabá/MT, com 40 anos de atuação no de atuação no agronegócio produzindo, originando e comercializando grãos. Conforme divulgado pela companhia em seu Relatório de Sustentabilidade (2015),

o volume comercializado de soja anualmente é de cerca de 5,5 milhões de toneladas com destino principal aos grandes clientes na Europa. E é com base neste cenário que este estudo de caso se aprofunda, de forma a avaliar se a certificação RTRS de fato auxilia e impulsiona uma cadeia de produção de soja para um patamar de maior responsabilidade socioambiental, garantindo um produto mais sustentável ao mercado.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Verificar, por meio da análise da aplicação do padrão de produção de soja responsável da RTRS na AMAGGI, se a certificação de fato contribui para melhoria da gestão e minimização dos impactos socioambientais no cultivo e comercialização da soja no Brasil e, dessa forma, atende as demandas dos *stakeholders* e colabora para a consolidação de uma cadeia de produção da soja mais sustentável.

2.2 ESPECÍFICOS

- a. Analisar as certificações socioambientais de produção agrícola disponíveis e quais as suas propostas de contribuição ao negócio;
- b. Entender o contexto do qual surge à instituição RTRS e a proposta de padrão para a Produção de Soja Responsável;
- c. Identificar os requisitos do Padrão e como funciona a estrutura da RTRS;
- d. Avaliar, por meio caso da AMAGGI, se de fato esta é uma certificação que traz benefícios à gestão do negócio e minimiza os impactos socioambientais da soja.

3 MÉTODO

A metodologia utilizada neste trabalho será um levantamento bibliográfico que se inicia com um estudo sobre os impactos socioambientais da produção de soja no Brasil e caminha para o entendimento de como as certificações agrícolas podem auxiliar na gestão destes impactos. Para aprofundar o conhecimento sobre os impactos da soja, uma das principais referências bibliográficas a ser analisada, será o relatório da WWF (2014) que aborda a problemática da expansão do cultivo e da demanda de soja no Mundo e seus principais impactos.

Já a coleta de dados sobre as certificações agrícolas irá percorrer aquelas que focam na melhoria da gestão e da sustentabilidade da produção rural como, por exemplo, a certificação PROTERRA, certificação RAS (Rede de Agricultura Sustentável) e a *RTRS (Round Table Responsible Soy)*. O destaque será dado para a melhor compreensão do padrão de produção responsável criado pela *RTRS*, pois é o foco central deste estudo, além de ser o único certificado, dentre os analisados, que tem atuação específica na cadeia de produção da soja. A ideia é que ao longo do capítulo que aborda este tema seja possível dar luz a proposta da certificação *RTRS*, sua estrutura, seus requisitos e seus indicadores.

E, por fim, será avaliado o caso prático da aplicação do modelo de certificação *RTRS*, a partir das informações públicas disponíveis, na empresa AMAGGI, primeira empresa no mundo a comercializar soja certificada neste padrão *RTRS*. O foco principal será no período de 2011, ano da primeira comercialização *RTRS*, até dezembro de 2015, ano do último Relatório de Sustentabilidade publicado pela empresa.

Estas pesquisas auxiliarão o melhor entendimento a cerca dos impactos da soja, qual a influência os *stakeholders exercem sobre esta* cadeia produtiva, além de elucidar se certificações agrícolas, em especial a *RTRS*, auxilia ao produtor que investe neste padrão a tornar sua produção mais sustentável atendendo assim as demandas e pressões do mercado.

4 OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA SOJA NO BRASIL

De acordo com dados publicados pela WWF (2014), a produção de soja no mundo, cresceu de forma exponencial. Conforme demonstrado na figura 1 abaixo, a área dedicada ao cultivo da soja passou de menos de 30 milhões de ha em 1970 para mais de 100 milhões de ha atualmente, com previsão de chegar a 141 milhões de ha até 2050 (Agralytica, 2012),

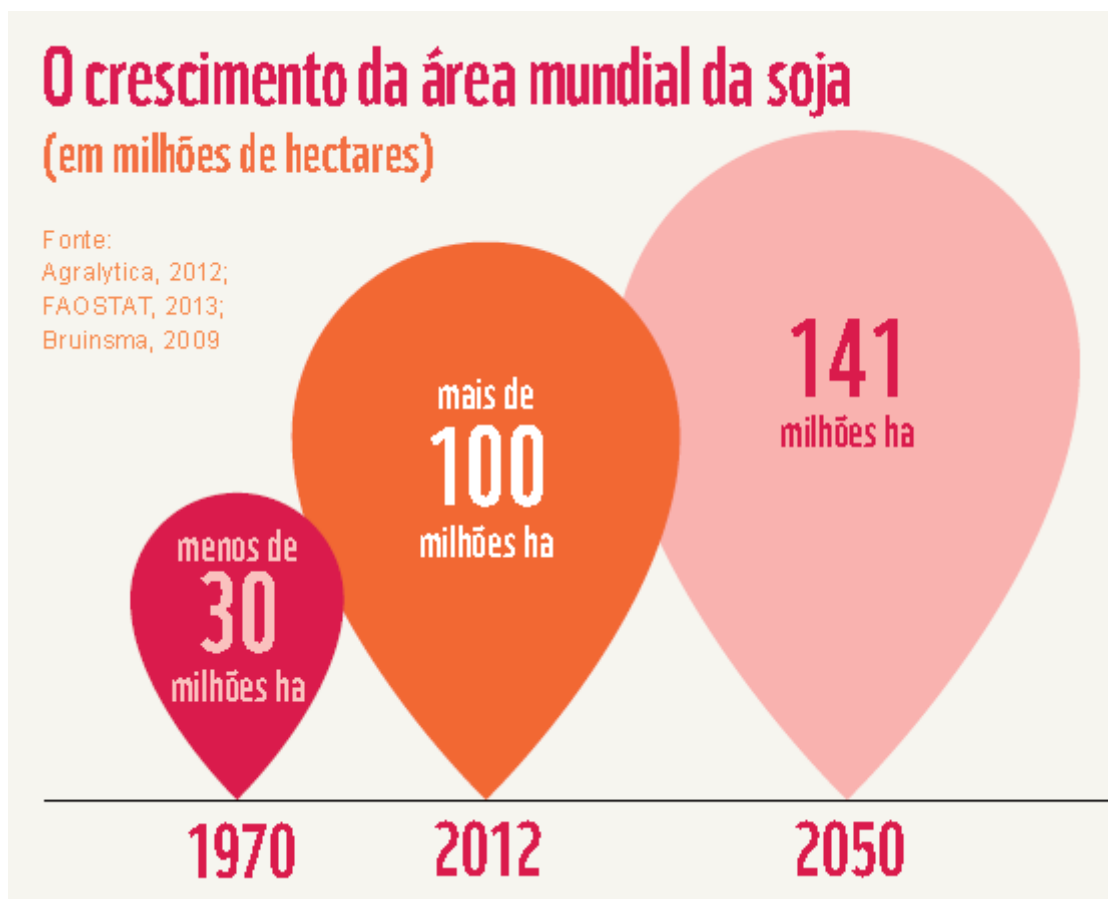


FIGURA 1 - O CRESCIMENTO DA ÁREA MUNDIAL DE SOJA

FONTE: WWF (2014)

Segundo dados da FAO (2007) a produção mundial de soja aumentou em 58% entre 1996 e 2004, passando de 130 milhões para 206 milhões de toneladas. E o maior crescimento aconteceu na América do Sul com aumento de 123% na produção entre 1996 e 2004. Isso se deve principalmente a crescente demanda da União Europeia e, mais recentemente, da China, embora o consumo nos mercados internos também seja significativo.

O fato é que a produção da soja vai continuar aumentando à medida que a população aumente e o desenvolvimento econômico resulte em maior consumo de proteína animal, principalmente nos países emergentes.

“Outros fatores incluem questões relativas à demanda e fonte de combustíveis, bem como a políticas, acordos, instrumentos de mercado, compromissos corporativos, regulações e diretrizes relacionadas aos muitos usos da soja. O desafio chave, porém, é muito claro: vamos cultivar mais soja e precisaremos de mais terras para plantá-la”. (WWF, 2014)

Projeções da FAO (2007) indicam um aumento de 515 milhões de toneladas até 2050 (vide figura 2 abaixo). O consumo de soja na China passou de cerca de 27 milhões de toneladas em 2000 para 55 milhões de toneladas em 2009, sendo que 41 milhões de toneladas foram importadas. As perspectivas futuras para as importações chinesas indica um aumento de 59% até 2021-22. Além disso, mercados como África e Oriente Médio também devem expandir nos próximos 10 anos. (WWF, 2014).

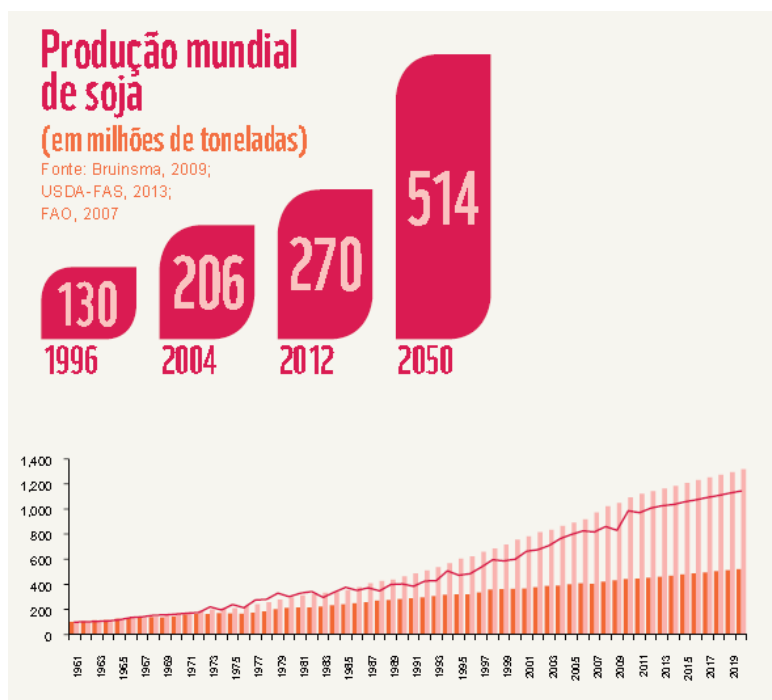


FIGURA 2 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA

FONTE: WWF (2014)

O problema desta expansão, segundo relatório da ONG ambientalista TNC (2012), é que a crescente demanda do mercado por mais plantações de soja aumenta a pressão sobre os ecossistemas naturais importantes e afeta capitais naturais como solo, água, biodiversidade, regime de chuvas entre outros. Além disso, do ponto de vista social, nem sempre é possível associar a expansão do plantio de soja ao desenvolvimento das comunidades locais.

Conforme dados publicados pela WWF (2014), os principais impactos ambientais relacionadas à produção de soja no Brasil se concentram nos solos, na água, no uso intensivo de agrotóxicos e na larga escala da monocultura. Veremos maiores detalhes a seguir:

- **Solo:** o impacto da cultura da soja se dá basicamente na erosão dos solos. Segundo Novaes (2000) a perda de solo por quilo de grão de soja produzido pode chegar a 10 quilos. Contudo, nas últimas décadas, uma boa prática tem sido o uso de métodos como plantio direto que diminuiu a erosão do solo.
- **Água:** o impacto da produção da soja sobre o ciclo hídrico varia conforme os países e as regiões. Segundo relatório da WWF (2014), na América do Sul, a soja é principalmente um cultivo alimentado pelas chuvas e não dependente de irrigação como em outras regiões. De qualquer forma, algumas pesquisas apontam que a conversão de terras para o cultivo intensivo da soja pode reduzir a disponibilidade de água em longo prazo, além dos impactos que já são causados na qualidade das águas devido aos problemas de erosão do solo e pelos resíduos de agrotóxicos.
- **Agrotóxicos:** a utilização intensiva de agrotóxicos (pesticidas e fertilizantes químicos) é um dos principais impactos ambientais e sociais associados à produção da soja, independentemente do tamanho da unidade agrícola. O uso dos agrotóxicos provoca a contaminação do solo, bem como causa enormes impactos sobre a qualidade da água e sua biodiversidade, afetando assim de forma direta e indireta também na saúde humana (WWF, 2014).
- **Monocultura:** A monocultura de soja ou de qualquer outro tipo de cultivo em grandes áreas impacta na redução de serviços ambientais e torna a produção mais dependente dos agrotóxicos para poder controlar pragas e fungos.

De acordo com a WWF (2014) *“A escala da própria monocultura enseja riscos ecológicos, inclusive pragas novas ou que crescem, e problemas de enfermidades como a ferrugem da soja, que aumentou drasticamente no Brasil”*.

Já em relação aos impactos sociais da produção de soja, este é um assunto bastante polêmico uma vez que, de acordo com Weinhold (2011), existem evidências de que a expansão da soja na Amazônia reduziu alguns indicadores de pobreza e aumentou a renda média rural, entretanto, ao mesmo tempo, aumentou o nível de desigualdade e perpetuou o processo de consolidação da propriedade de terra nas mãos de poucas pessoas.

Apesar da polêmica acerca do tema, os impactos sociais da produção de soja mais amplamente estudados e divulgados estão relacionados à concentração da terra e ao risco de violação de direitos trabalhistas, conforme explicitado melhor a seguir:

- **Concentração da terra:** No Brasil a maior parte da terra usada para a plantação de soja no Cerrado e na Amazônia é controlada por poucos grandes proprietários, cujas fazendas têm em média 1.000 há. Algumas propriedades podem chegar a ter entre 10.000 e 50.000 ha com apenas um dono. Esta concentração de terras impacta diretamente na distribuição de renda de forma mais equitativa, como é o caso do plantio de soja em grande parte da China e na Índia. Lá o cultivo é feito por pequenos produtores e os benefícios econômicos são distribuídos de forma mais ampla (WWF, 2014).
- **Direitos trabalhistas:** Em fazendas de soja na região Norte e Centro Oeste já foram deflagrados inúmeras vezes situações de ilegalidade e o uso de mão-de-obra escrava, nos quais trabalhadores foram enganados, despojados de seus documentos e forçados a trabalhar. É por conta de riscos como estes que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mantém uma lista suja de trabalho escravo das propriedades que foram processadas e julgadas por condições análogas a escravidão (WWF, 2014).

É por conta de todos estes problemas e impactos socioambientais relacionados à produção e a expansão do mercado da soja é que se faz necessário repensarem os modelos de cultivo atuais e buscar padrões de produção cada vez mais sustentáveis. Neste sentido, a TNC (2012) aponta como tendência é que não só no

Brasil, mas no mundo, as diretrizes padronizadas de produção agrícola responsável se torne compromisso dos produtores rurais e de toda a cadeia da soja. Segundo a TNC (2012) “... padrões de certificação, bem como acordos e programas de boas práticas adotados individualmente por empresas e fornecedores, ou por um conjunto de entidades, serão a mola propulsora desta caminhada rumo a excelência socioambiental da produção agrícola”.

5 CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

É com o olhar para a crescente produção agrícola no Brasil, que surgem as preocupações do mercado (governo, associações, ONG's, clientes, sociedade) em tornar o modelo de produção da soja o mais sustentável possível, a médio e longo prazo. E segundo a FAO (2015), em uma perspectiva para a agricultura brasileira até 2024, o maior desafio será: *“... conseguir manter a produtividade e o crescimento da produção, e ao mesmo tempo garantir que os avanços permaneçam alinhados aos objetivos de redução da pobreza e da desigualdade no país com base na sustentabilidade ambiental”*.

É neste cenário então que surgem as oportunidades para as certificações socioambientais agrícolas, que visam apresentar diretrizes e padrões de sustentabilidade para regular este setor específico.

Hoje em dia o mercado de certificações socioambientais conta com mais opções do que a comumente conhecida ISO14001 de Gestão Ambiental. Para o setor agrícola algumas das opções mais conhecidas no mercado são:

- **ProTerra:** O padrão ProTerra, desenvolvido pela empresa CERT ID, aplica-se a todos os produtos agrícolas e seus derivados, produzidos, processados e consumidos no mundo todo e tem por objetivo estabelecer diretrizes para uma produção agrícola ética, responsável e sustentável, do transporte a armazenagem de soja, com rastreabilidade até o produtor rural. Para desenvolver o padrão ProTerra foram envolvidos diversos públicos como indústrias, proprietários de marcas, processadores, produtores agrícolas, agências governamentais reguladoras, organizações não governamentais e consumidores, tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. Este padrão abrange critérios éticos de produção, responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental. O escopo de certificação é definido em três níveis distintos de operação na cadeia de produção de alimentos:

- ✓ Nível I – Produção Agrícola
- ✓ Nível II – Manuseio, Transporte e Armazenamento;
- ✓ Nível III – Processamento, Fabricação e Rotulagem.

Por fim, o ProTerra fornece um mecanismo pelo qual é possível obter níveis socioambientais cada vez mais elevados, que podem ser reconhecidos e recompensados pelo mercado.

- **Rede de Agricultura Sustentável (RAS):** A RAS é uma rede composta por organizações não governamentais conservacionistas, dentre elas o Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), seu representante no Brasil. A RAS promove projetos de certificação de agricultura sustentável elaborando normas para a agricultura e priorizando cultivos de grande impacto socioambiental. Sua missão é integrar agricultura produtiva, conservação da biodiversidade e desenvolvimento humano. O Imaflora é a responsável no Brasil pela aplicação das normas de: Certificação da Unidade de Produção Agrícola, direcionada àqueles que trabalham com produtos agrícolas primários (café verde, cana de açúcar, frutas, etc.), a certificação é processo público, que tem o objetivo de avaliar o empreendimento de acordo à Norma da Agricultura Sustentável. Aprovação da Cadeia de Custódia - avalia os empreendimentos que processam, compram, vendem ou distribuem produtos oriundos de áreas certificadas de acordo com critérios da RAS. Através da aprovação de cadeia de custódia, é possível rastrear a origem da matéria-prima, desde a unidade de produção até o consumidor final. Os princípios da agricultura sustentável da RAS determinam que as propriedades: Promovam um sistema de gestão ambiental e social; Conservem ecossistemas; Protejam a vida silvestre; Conservem os recursos hídricos; Promovam o tratamento justo e as boas condições de trabalho; Respeitem a saúde e a segurança ocupacional; Estabeleçam relações com as comunidades; Desenvolvam o manejo integrado do cultivo; Desenvolvam o manejo e a conservação do solo e gerenciem os resíduos de forma integrada. No Brasil o primeiro empreendimento a receber o selo denominado *Rainforest Alliance Certified TM* neste padrão foi uma fazenda de café em 2003.

- **Round Table Responsible Soy (RTRS):** A RTRS é uma organização da sociedade civil fundada em 2006 na Suíça com o intuito de promover a produção, processamento e comercialização responsável da soja em nível global. Por meio da cooperação e do diálogo aberto com as partes interessadas envolvidos na cadeia da soja, e visando a uma produção economicamente viável, socialmente benéfica e ambientalmente apropriada, é que

o padrão de Certificação RTRS de soja responsável foi desenvolvido. A certificação é classificada em dois tipos, sendo o primeiro aplicável à produção e certifica a soja física. O segundo é um padrão voltado à cadeia de custódia e descrevem os requisitos relativos ao controle da soja certificada RTRS, seus derivados e produtos, e certifica a cadeia na modalidade soja crédito. Os padrões RTRS foram construídos com base no consenso entre todos os atores envolvidos e se utilizam de requisitos com foco na preservação ambiental, na promoção das melhores práticas de gestão, na garantia de condições justas de trabalho e no respeito à posse das terras.

A RTRS é o único padrão de certificação socioambiental voltado especificamente para a cadeia da soja e, por isso, é que se tornou objetivo de um maior aprofundamento neste trabalho. Nos próximos capítulos entraremos mais detalhadamente nos requisitos da certificação RTRS e, por fim, avaliaremos um caso prático e os resultados obtidos.

6. O PADRÃO RTRS E REQUISITOS PARA A CERTIFICAÇÃO

Segundo dados publicados pela *Round Table Responsible Soy* (RTRS), a instituição nasceu em 2006 na Noruega com os seguintes objetivos:

“Facilitar o diálogo global sobre soja economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta; obter consenso entre as principais partes interessadas e os atores ligados à indústria da soja; servir como um Fórum para desenvolver e incentivar um padrão de sustentabilidade para a produção, processamento e comercialização e uso da soja; funcionar como um fórum reconhecido internacionalmente para o monitoramento da produção global da soja em termos de sustentabilidade; mobilizar diversos setores interessados em participar do processo da associação”.
(RTRS, 2016)

A forma de idealizar estes objetivos da Instituição foi através da criação do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável, que visa garantir que a soja, na forma de matéria-prima ou subproduto, seja originária de um processo de agricultura sustentável. Sendo necessário que os elos da cadeia da soja que desejem esta certificação sejam auditados por terceira parte e apresentem evidências de que os produtos são derivados de uma gestão responsável da produção da soja.

A certificação é válida por cinco anos e baseia-se no **Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável**, um plano que inclui os requisitos que devem ser cumpridos por qualquer produtor que busque certificação de conformidade com este padrão.

Para que um produtor brasileiro possa ser certificado, conforme dados disponibilizado no site da RTRS (2016), ele precisa passar por todas as etapas demonstradas na figura 3 a seguir:



FIGURA 3 - PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

FONTE: RTRS (2016)

São dois diferentes tipos de certificações disponibilizados pela RTRS, sendo a primeira voltada para a **Produção de Soja Responsável** e a segunda voltada para a **Cadeia de Custódia**.

A certificação RTRS de **Produção de Soja Responsável** pode ser obtida por produtores e organizações produtoras de soja de qualquer tipo ou tamanho, que deverão atender aos requisitos definidos como padrão de produção. Para pequenos produtores há uma proposta que possibilita a certificação em grupo.

Para as outras organizações da cadeia de fornecimento da soja certificada RTRS, seus produtos e derivados, existe a opção de serem certificados pelo padrão de **Cadeia de Custódia RTRS**, e assim fazerem declarações RTRS para seus produtos.

O detalhamento dos requisitos para a certificação no Padrão de Produção da Soja Responsável e da Cadeia de Custódia poderão ser verificados detalhadamente nos anexos.

6.1 REQUISITOS PARA CERTIFICAR A PRODUÇÃO:

Conforme é possível verificar no padrão RTRS (2010) para a produção responsável de soja, os requisitos incluem manutenção de áreas de alto valor de conservação, implantação de melhoras práticas de gestão, condições justas de trabalho, e respeito às reivindicações de posse de terras. O padrão pode ser aplicável para alimentação animal, consumo humano, e produção de biocombustíveis.

O **Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável** foi criado a partir da discussão de atores como os produtores, a indústria e a sociedade civil, envolvidos na cadeia de valor da soja, que puderam chegar a um consenso sobre os **Princípios e Critérios para a certificação da soja como uma cultura responsável**. Os pilares do Padrão RTRS de Produção são apresentados na figura 4:

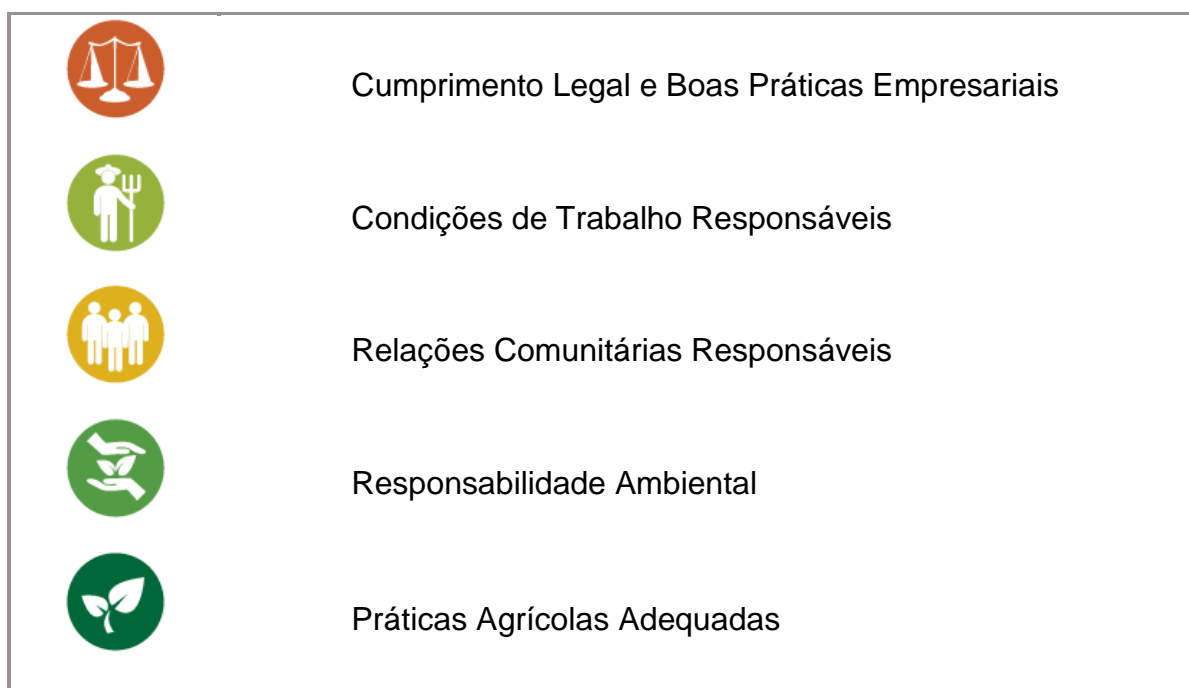


FIGURA 4 - CERTIFICAR A PRODUÇÃO

FONTE: RTRS (2016)

Considerando os cinco princípios acima mencionados, os requisitos a serem atendidos pelos produtores que buscam este tipo de certificação somam cerca de 100 itens a ser verificado, seja no momento da auditoria interna ou externa. Entretanto não é preciso atender a 100% dos requisitos já no primeiro ano de certificação. Um dos critérios que torna a certificação RTRS um diferencial no mercado é o de desmatamento zero. Isso implica que toda a soja certificada no padrão deve ter rastreabilidade para confirmar que o produto, ou o processo, não impactou em qualquer desmatamento, independente de bioma ou mesmo de desmate legalizado.

A certificação pode ser obtida por produtores de diversos tamanhos, de forma que a entrada e evolução no sistema ocorram de forma progressiva. Este princípio de melhoria contínua é comum em outras certificações socioambientais, como as ISO, por exemplo. A proposta é que o produtor, mesmo sem estar 100% alinhado com o padrão consiga ser certificado, desde que atenda aos requisitos mínimos e apresente um plano de melhoria para os próximos anos.

Abaixo segue figura 5 que demonstra os requisitos mínimos de entrada e manutenção da certificação:

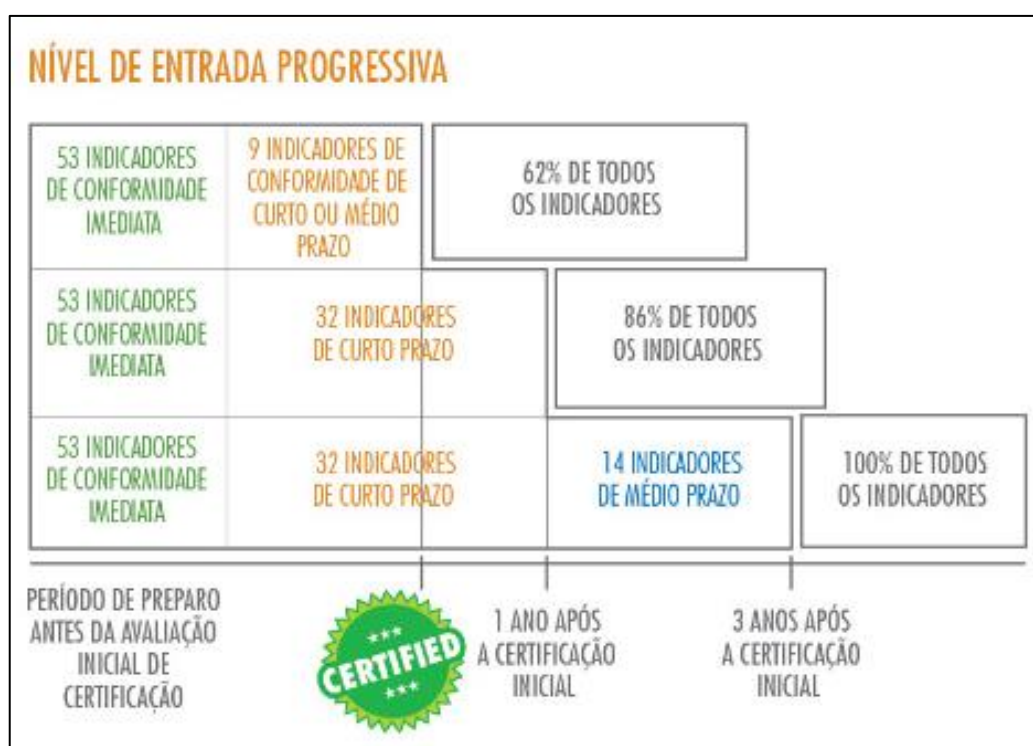


FIGURA 5 - POSSIBILIDADE DE REQUERER UMA CERTIFICAÇÃO PASSO-A-PASSO

Fonte: RTRS (2016)

Segundo o Padrão RTRS de Certificação Grupal e Multi-site (2014), os pequenos produtores também podem ser certificados. E, para que isso seja feito, há uma proposta de **Certificação em Grupo**. Nesta modalidade de certificação, vários pequenos produtores podem formar um grupo e candidatarem-se a um único certificado que cubra todos os seus escopos, compartilhando, assim, os custos de avaliação.

Para as empresas com várias fazendas que desejam um único certificado, como é o caso da AMAGGI, existe uma **Certificação Multi-Site**. Neste formato, todas as fazendas de um mesmo grupo e sujeitas aos mesmos sistemas de gestão e controle, podem receber uma única certificação, sem a necessidade de emissão de um certificado individual para cada um dos locais.

6.2 REQUISITOS PARA CERTIFICAR A CADEIA DE CUSTÓDIA:

O Padrão RTRS de Cadeia de Custódia visa manter a rastreabilidade de toda a soja certificada e, para que isto seja garantido, a instituição criou requisitos para monitorar todo o ciclo de produção da soja, desde sua origem até distribuição do produto final (farinha de soja, óleo, biodiesel, alimentação, etc.). E para garantir a rastreabilidade do produto, a RTRS propõe dois modelos de cadeia de abastecimento diferentes a Segregação e o Balanço de Massa.

No formato de segregação, a soja de uma ou mais propriedades certificadas pela RTRS é mantida separada, fisicamente, da soja de outras fontes não certificadas pela RTRS, ou seja, neste formato o cliente recebe 100% de produto certificado RTRS.

No formato balanço de massa, a soja de uma ou mais propriedades certificadas pela RTRS podem ser misturadas com soja de fontes não certificadas, desde que o processo de mistura seja monitorado durante a gestão. Neste caso o que está garantido ao cliente é que o processo de gestão da soja seguem os padrões da RTRS.

Na certificação da cadeia de custódia, seja no processo de balanço de massa ou Segregação, é necessário que todas as partes da cadeia de abastecimento sejam ser certificadas por entidades independentes que atestem a conformidade com o Padrão RTRS de Cadeia de Custódia.

7. O CASO DA CERTIFICAÇÃO RTRS NA AMAGGI

Conforme divulgado em seu último Relatório de Sustentabilidade (2015), a AMAGGI é uma empresa que possui 39 anos e atua nos segmentos de Commodities, Agro, Energia e Navegação. Para este estudo de caso, o foco será nas pesquisas dos negócios da empresa que possuem certificação RTRS, ou seja, a Commodities e a Agro.

Neste mesmo material divulgado pela companhia, podemos verificar que na AMAGGI Agro, área de negócio que atua na produção agrícola de soja, milho e algodão, semente de soja e beneficiamento de algodão, a empresa conta com seis unidades produtivas, sendo todas localizadas no Mato Grosso.

A figura 6 abaixo demonstra a produtividade média da AMAGGI Agro e faz a comparação com a média do estado e média do país:

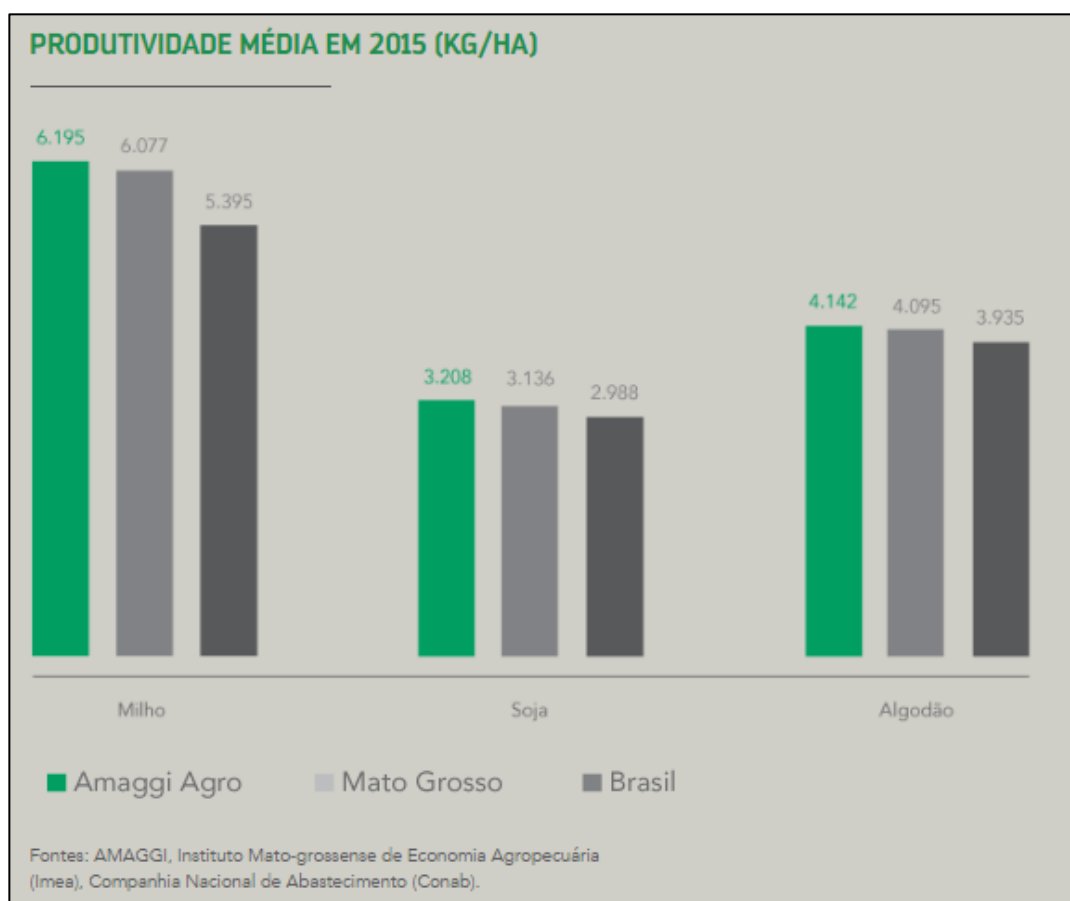


FIGURA 6 – PRODUTIVIDADE MÉDIA AMAGGI AGRO

FONTE: RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE AMAGGI (2016)

As seis unidades produtivas da AMAGGI Agro foram responsáveis por uma safra 2014/2015 de 517 mil toneladas de soja.

Já a AMAGGI Commodities, faz compra e venda de grãos, industrialização, logística, operações portuárias, importação e comercialização de insumos agrícolas. Conta atualmente com três unidades esmagadora de soja, sendo duas no Brasil e uma na Noruega, e 29 armazéns em três estados brasileiros (MT, RO, AM). A capacidade de armazenamento de grãos em seus armazéns é de 1,72 milhões de toneladas e em 2015 a AMAGGI Commodities originou cerca de cinco milhões de toneladas de soja, sendo 80% desta produção no estado do Mato Grosso.

De acordo com os dados da EMBRAPA (2016) a produção de soja no Mato Grosso é de cerca de 26 milhões de toneladas. Dessa forma, é possível afirmar que mais de 20% da soja produzida e/ou originada no Mato Grosso é comercializada pela empresa AMAGGI. Esta empresa se configura como uma grande exportadora de soja do Brasil e, por isso, tem grande impacto na cadeia de produção agrícola brasileira.

São os motivos citados acima que fazem com que a companhia seja constantemente alvejada por grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientais como Greenpeace e WWF. As maiores preocupações dessas ONGs ambientalistas estão relacionadas ao poder de influência que as grandes empresas possuem no avanço ou retrocesso do desmatamento em territórios brasileiro, além dos impactos na perda de biodiversidade e mudanças climáticas que a produção agropecuária causa.

Para uma empresa brasileira, produtora e comercializadora de soja, alvo de ONGs ambientais e que possui grande parte de seus clientes na Europa, a busca por uma certificação agrícola, reconhecida internacionalmente, demonstra a tentativa da organização em atender as demandas e pressões do mercado.

Segundo publicado pela RTRS, a AMAGGI além de ter participado de toda a construção da certificação, foi a primeira empresa a comercializar a soja certificada no padrão. E para conseguir este feito foi preciso apresentar

conformidade com os mais de 100 indicadores dos cinco princípios estabelecidos no Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável.

A primeira comercialização de soja certificada RTRS no mundo foi um lote da AMAGGI Agro, de 85 mil toneladas de soja, adquirida pela Associação Holandesa da Indústria da Alimentação, durante um evento no dia 8 de junho de 2011, em Roterdã, na Holanda.

Segundo *release* da empresa divulgado em 2011, logo após essa comercialização do primeiro lote de soja certificada RTRS, para o então diretor da divisão Agro “... as certificações são um importante atestado de confiabilidade e que garante aos clientes que estão recebendo um produto responsável, cada vez melhor no que diz respeito às questões agrícolas, ambientais e sociais.” (Itamar Locks, 2011).

Apesar desta primeira comercialização de soja responsável, a certificação RTRS nem sempre foi vista como promissora pelo mercado. Em 2011, a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA) se posicionou duvidosa em relação a proposta da certificação RTRS, pois para a APROSOJA uma das principais questões é que fazer as adequações necessárias para atender ao padrão RTRS, mais rigoroso que a própria legislação brasileira, tornaria a produção de soja muito onerosa aos produtores rurais, principalmente aos pequenos e médio. Além disso, assim como qualquer outro certificado, não haveria nenhuma segurança ou garantia de que quem produzisse soja no padrão RTRS teria remuneração diferenciada na comercialização do produto.

Por outro lado, para a organização não governamental WWF, a Certificação RTRS surgiu como uma esperança de reduzir o impacto da produção de soja no Brasil, principalmente no cerrado. Para o coordenador do Programa Agricultura do WWF-Brasil “*Se o Brasil seguirá apostando nas commodities, que isso ocorra sob padrões sustentáveis. Os critérios de produção da RTRS foram definidos em conjunto por produtores, indústria e sociedade civil*” (MOREIRA, 2012).

Para uma empresa do porte da AMAGGI, que tem faturamento na casa dos 3,8 bilhões de dólares, investir na produção de soja responsável com critérios tão rigorosos e restritivos era uma aposta alta.

A adesão do mercado a este produto certificado tem se mostrado gradual, como apresentado pela AMAGGI no Relatório Público Anual para os Membros RTRS (2014). Em 2011, a AMAGGI disponibilizou ao mercado cerca de 220 mil toneladas de soja certificada e comercializou 133 mil toneladas do total ofertado. Hoje, segundo dados recentes publicados pela RTRS (2017), somente no ano de 2016 o volume de soja certificada no padrão foi de mais de três milhões de toneladas e mais de dois milhões de créditos de soja certificada no padrão foram comercializados no mundo. Um dado importante é que de 100% da soja certificada RTRS, 72% é produzida no Brasil.

Já a AMAGGI, segundo publicado no seu último Relatório de Sustentabilidade, no ano 2015 a empresa certificou no Padrão RTRS duas fazendas próprias, 16 de seus armazéns, cinco terminais portuários, duas fábricas esmagadoras de soja, além de apoiar um grupo de 37 produtores de sua cadeia a também se certificarem. Neste ano, a AMAGGI comercializou cerca de 880 mil toneladas de soja RTRS, sendo que a comercialização de créditos RTRS subiu 37%, e as vendas de soja física cresceram 290%, se comparado ao ano anterior. Ainda em 2015, a AMAGGI foi responsável por 87% de toda a comercialização de soja física certificada RTRS no mundo. E devido aos resultados alcançados e a consolidação da certificação no mercado, a empresa definiu que também faria repasse de pagamento de prêmios, com base nos volumes fornecidos, aos produtores parceiros que comercializaram soja certificada RTRS.

Segundo depoimento da empresa estudada no site da RTRS (2016), um dos maiores benefícios gerados pela experiência com a certificação foi o aperfeiçoamento de seus controles internos e processos. Além disso, a companhia acredita que as práticas de sustentabilidade, questões ambientais, trabalhistas e sociais devem ser preocupações de todos aqueles que integram a cadeia produtiva e o padrão RTRS, principalmente o da cadeia de custódia, ajuda a formalizar este processo. Ainda neste depoimento, a AMAGGI diz que todas as melhorias trazidas pelo processo de certificação garantiram a qualidade socioambiental de sua

produção agrícola e, dessa forma, acabaram auxiliando a empresa a acessar e se manter em mercados altamente exigentes.

No ano de 2014, a companhia recebeu um prêmio pelo trabalho desenvolvido no suprimento do mercado europeu de soja certificada no padrão RTRS. O prêmio foi entregue pela Fundação Solidaridad, organização internacional de fomento a produção sustentável de commodities, e o reconhecimento foi na categoria “Produtor Empresarial”.

O recebimento do prêmio e o aumento da demanda dos clientes por soja RTRS vieram a demonstrar que o mercado para este produto já está mais bem consolidado e também que a aposta da empresa na certificação de sua produção e de sua cadeia de custódia como certa. O passo da certificação RTRS na produção e em sua cadeia demonstra também o compromisso da empresa em caminhar rumo à busca por uma cadeia de produção de soja cada vez mais sustentável.

8 CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas sobre Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável e a pesquisa exploratória sobre o caso da empresa AMAGGI, é possível observar que o mercado de soja sustentável no Brasil e no mundo é uma alternativa viável e em crescente expansão. Mais do que atender a um nicho de mercado extremamente restritivo para importações como a Europa, a certificação da soja no padrão RTRS traz benefícios para quem adota este modelo em sua gestão, principalmente no que tange ao aprimoramento das práticas agrícolas, melhora gestão das fazendas e o uso mais responsável de agroquímicos.

Neste sentido, a soja certificada no Padrão RTRS se mostra uma boa alternativa para todos os elos da cadeia de valor e para as partes interessadas na produção de soja, uma vez que seus requisitos atendem a demanda do cliente mais exigente, além de fazer com que todo o processo tenha menor impacto ambiental possível, garantindo que a cadeia da soja seja socialmente justa e legalmente estabelecida, possibilitando retornos financeiros ao produtor. Entretanto, apesar de todos os dados levantados apresentarem viabilidade a todos os elos cadeia, é importante ressaltar que este estudo foi focado em uma empresa de grande porte, portanto, não é possível explicitar se há dificuldades na implantação desta certificação aos produtores de pequeno porte, visto que a RTRS exige um alto nível de comprometimento e investimento para adequações da propriedade que, segundo o gerente de Desenvolvimento de Mercado da RTRS no Brasil, o custo médio da certificação de uma fazenda brasileira com área de 2,5 mil hectares fica em 1% do seu custo operacional total.

Outro ponto importante da certificação é que ela estabelece que seus membros assumam o compromisso de melhorar continuamente sua gestão e a própria instituição revisa continuamente seus requisitos, a partir de uma postura permanente de diálogo entre os vários interessados nesta cadeia como empresas, Nos, sindicatos, associações e a sociedade. Dessa forma, os critérios de sustentabilidade se mantem atualizado com as demandas de mercado e os associados precisam acompanhar estas tendências para continuarem sendo parte deste seleto grupo de certificados como parte de uma cadeia responsável da soja.

REFERÊNCIAS:

A TRIBUNA MATO GROSSO. **Grupo André Maggi – 1º do mundo com soja certificada pela RTRS.** Disponível em: <<http://www.tribunamt.com.br/2011/06/grupo-andre-maggi-1%C2%BA-do-mundo-com-soja-certificada-pela-rtrs/>>. Acesso em 16 de outubro de 2016.

AMAGGI. **AMAGGI recebe prêmio por produção certificada.** Disponível em: <<http://amaggi.com.br/2014/05/amaggi-recebe-premio-por-producao-certificada/>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

AMAGGI. **Relatório de Sustentabilidade 2014.** Disponível em: <<http://relatoweb.com.br/amaggi/2014/pt-br/>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

AMAGGI. **Relatório de Sustentabilidade 2015.** Disponível em: <<http://relatoweb.com.br/amaggi/2015/>>. Acesso em 02 de outubro de 2016.

AMAGGI. **Valor Econômico: Grupo Maggi inicia venda de soja com "selo verde".** Disponível em: <<http://amaggi.com.br/wp-content/uploads/2012/06/rtrs1.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

BENDISCH, Franziska. Selo que agrega valor. **AgroANALYSIS**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/26403/25262>>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

CANAL RURAL. **Certificado de soja aumenta rentabilidade por tonelada.** Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/soja/certificado-soja-aumenta-rentabilidade-por-tonelada-62337>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

DOURADOS AGORA. **Certificação da soja colocaria o Brasil em desvantagem.** Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/noticias/rural/certificacao-da-soja-colocaria-o-brasil-em-desvantagem>>. Acesso em: 12 de outubro de 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Soja em números (safra 2015/2016).** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Perspectivas Agrícolas 2015-2024.** 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org.br/download/PA20142015CB.pdf>>. Acesso em 16 de abril de 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State do food and agriculture.** 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/a1200e/a1200e00.htm>>. Acesso em 20 de abril de 2017.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL AGRÍCOLA (IMAFLOA). **Sustentabilidade é um bom negócio para a agricultura.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Agricultura_sustentavel_e_irrigacao/28RO/Sustentabilidade_bom_negocio.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estatísticas MAPA.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Volume exportado de soja em grão, milho, café, frango e celulose bate recorde em 2015.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/01/volume-exportado-de-soja-em-grao-milho-cafe-frango-e-celulose-bate-recorde-em-2015>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Compra de soja responsável tem um aumento de 70% em 2015.** Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/168119-compra-de-soja-responsavel-tem-um-aumento-de-70-em-2015.html#.WBqcvZUw_IV>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

NOVAES, W. 2000. **Agenda 21 brasileira: bases para discussão.** Brasília: MMA-PNUD.

PORTAL CANA ON LINE. **O funcionamento do mercado de soja.** Disponível em: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/o-funcionamento-do-mercado-de-soja-certificada.html#.V_j2YPkrLIU>. Acesso em 21 de setembro de 2016.

PRESS EM CAMPO. **Soja certificada padrão global ou nicho de mercado?** Disponível em: <<https://pressemcampo.com/2016/06/01/soja-certificada-padrao-global-ou-nicho-de-mercado/>>. Acesso em 08 de setembro de 2016.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Relatório Anual AMAGGI.** Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/wp-content/uploads/2014/05/Relatorio-Anual-AMAGGI-.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Certificar RTRS - uma estratégia para hoje e para o futuro.** Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/flyer-institucional-por/?wpdmcl=2161&ind=dH26B1XuLSEZdkpPQcYkZSwC02pa-0VK3dfpGu8hUhPAWWykkPaph18hXdqEXM0y&lang=en>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Padrão RTRS Cadeia de Custódia V2.1 PORT**. Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/padrao-rtrs-cadeia-de-custodia-pdf/?lang=pt>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **Padrão RTRS para a Produção Responsável de Soja V3.0**. Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/padrao-rtrs-para-a-producao-responsavel-de-soja/?lang=pt>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

ROUND TABLE ON RESPONSIBLE SOY (RTRS). **RTRS Standard Responsible Soy production V3 PORT**. Disponível em: <<http://www.responsiblesoy.org/wpdm-package/padrao-rtrs-de-certificacao-grupal-e-multi-site/?lang=pt>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

SCHLESINGER, Sergio. **O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente**. FASE, 2006.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Certificação de soja é foco de projeto para pequenos produtores em MT**. Disponível em: <http://sna.agr.br/certificacao-de-soja-e-foco-de-projeto-para-pequenos-produtores-em-mt/>.

THE NATURE CONSERVANCY (TNC). **Boas Práticas Agrícolas e Certificação Socioambiental**. 2012. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/boas-praticas-agricolas-e-certificacao-socioambiental.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Orientação para Normalização do Trabalho de Conclusão de Curso**. Curitiba, 2012.

WEINHOLD, D. 2011. **Soybeans, poverty and inequality in the Brazilian Amazon**. Working paper from the London School of Economics, London, UK.

WORLD WILDE FOUND (WWF). **Certificação pode reduzir os impactos da soja no Cerrado**. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes/?31842/certificacao-pode-reduzir-impactos-da-soja-no-cerrado>>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

WORLD WILDE FOUND (WWF). **O crescimento da soja: impactos e soluções**. 2014. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/agricultura_e_meio_ambiente/?uNewsID=38422>. Acesso em 10 de abril de 2017.

ANEXOS

ANEXO 1 - PADRÃO RTRS CADEIA DE CUSTÓDIA V2.1 PORT

ANEXO 2 - RTRS STANDARD RESPONSIBLE SOY PRODUCTION V3 PORT

Nome do Documento	Padrão RTRS da Cadeia de Custódia V2.1_PORT
Referência do Documento	RTRS_ChC_002_V2.1_PORT
Data	1 de Março de 2011
Produzido por	<p>ProForest para o GT Protocolo de Certificação da Cadeia de Suprimento, GT Biocombustível e Secretaria RTRS.</p> <p>Este documento foi desenvolvido através dos insumos fornecidos pelo Protocolo do GT de Certificação da Cadeia de Suprimento, GT de Não-GM e pelo GT de Declarações de Mercado e Rastreabilidade.</p> <p>O documento foi formalmente aprovado pelos membros do Comitê Executivo em 20 de outubro de 2010.</p>



Padrão RTRS da Cadeia de Custódia

I. Introdução

A Associação Internacional da Soja Responsável (RTRS), é uma organização global de múltiplos stakeholders sobre soja responsável. www.responsiblesoy.org.

O principal objetivo da RTRS é “promover o crescimento e o uso da soja responsável através da colaboração da cadeia de suprimento e do diálogo entre seus stakeholders”.

Os métodos usados pela RTRS para o alcance de seus objetivos incluem:

a) o desenvolvimento de um padrão para a produção da soja responsável e de mecanismos combinados para a verificação da produção responsável de soja. O Padrão RTRS para Produção da Soja Responsável Versão 1.0, desenvolvido entre 2007-2010, apresenta-se como uma série de Princípios, Critérios, Indicadores e Orientações que foi elaborada para dar suporte aos produtores de soja na implantação de práticas de produção responsável e aos organismos de certificação na verificação de campo. Nenhuma declaração pública referente à conformidade com os Princípios e Critérios RTRS pode ser feita sem a certificação de terceiros independentes, conduzida por um organismo de certificação autorizado pela RTRS e de acordo com as exigências da certificação RTRS.

b) o desenvolvimento de um padrão da Cadeia de Custódia, que descreve os requisitos referentes ao controle da soja certificada RTRS, derivados da soja e produtos de soja ao longo da cadeia de suprimento, incluindo fluxos de materiais e declarações associadas. A Cadeia de Custódia RTRS foi desenvolvida em 2010, e apresenta-se como uma série de exigências auditáveis elaboradas para uso de organizações da cadeia de valor da soja na demonstração de sistemas implantados para o controle da soja certificada RTRS, derivados da soja e produtos de soja. Nenhuma declaração pública referente à conformidade com os Princípios e Critérios RTRS pode ser feita sem a certificação de terceiros independentes, conduzida por um organismo de certificação autorizado pela RTRS e de acordo com as exigências da certificação RTRS.

Ao preparar este documento, a RTRS reconhece que há uma variação considerável na escala, no conhecimento técnico e na organização dos produtores e operadores da cadeia de suprimento em todo o mundo, e por isso, é imperativo que o acesso à certificação seja dado a todos os produtores e operadores da cadeia de suprimento de modo pragmático e acessível.

II. Escopo

Este documento é composto de:

a) Os requisitos ou exigências para uma organização controladora de soja, derivados da soja e produtos de soja certificada RTRS.

b) As respectivas opções de sistema da Cadeia de Custódia RTRS disponíveis

Data de implantação

Este padrão se torna efetivo em 20 de outubro de 2010

Data de revisão

Este padrão será revisado dentro de um ano, a partir da data da implantação

III. Mudanças feitas na versão anterior deste documento

Janeiro 2011: modificações no formato da numeração, sem alterações de conteúdo.

Março 2011: agregado do Módulo E (e referências correspondentes), agregado da definição de pontos críticos de controle e alterações menores na numeração, e emenda da nota B2.1.2.

IV. Como Usar este Documento

Este é um documento modular.

V Definições que se aplicam a todo o documento.

VI Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para Produtores aplicam-se somente aos produtores .

Round Table on Responsible Soy Association

VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento aplicam-se somente à cadeia de suprimento.

VIII Requisitos Modulares incluem diferentes opções para os *Sistemas de Cadeia de Custódia* que aplicam-se, tanto para os produtores de soja quanto para as organizações da cadeia de suprimento. Um ou mais destes podem ser implantados em conjunto. A auditoria da Cadeia de Custódia cobre somente os módulos que a organização tiver implantado. O(s) módulo(s) que forem cobertos pela auditoria serão indicados no escopo do certificado da Cadeia de Custódia. O(s) módulo(s) deve ser aplicado em acréscimo aos *VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento*.

V. Definições

A Granel	Onde produtos de soja e outros produtos ocupam o mesmo espaço físico ao mesmo tempo
CAR	Solicitação de Ações corretivas (CAR), por suas siglas em inglês
Número do certificado da Cadeia de Custódia	Um número único emitido pelo Organismo de Certificação para uma organização que recebeu uma avaliação positiva dentro do Padrão RTRS Cadeia de Custódia.
Escopo do certificado da Cadeia de Custódia	Os sistemas de Cadeia de Custódia que a organização opera e que foram auditados durante a auditoria da Cadeia de Custódia
Sistemas da Cadeia de Custódia	O tipo de controle da Cadeia de Custódia que uma organização está implantando, por exemplo, um sistema de balanço de massa, ou um sistema de segregação
Empresa	Uma organização com controle operacional, incluindo o direito de gerir e implantar mudanças ao nível de sites, e com a responsabilidade para a gestão e a implantação de sistemas operacionais. Isso pode incluir, por exemplo, entidades legais e suas subsidiárias ou joint ventures.
Co-produtos e subprodutos	Múltiplos resultados de um processo produtivo que têm valor comercial. Por exemplo, farelo de soja e óleo de soja são co-produtos de uma usina de esmagamento
Pontos críticos de controle	Todos os pontos onde existe risco de mistura ou substituição não controladas entre material certificado RTRS e material não certificado, ou materiais de diferentes sistemas de Cadeia de Custódia RTRS
Material de insumo	Soja, derivados da soja, ou produtos de soja, recebidos pela organização dos fornecedores. Material de insumo é utilizado no beneficiamento (quando aplicável) e/ou para fornecer clientes com material de produção. Isso pode incluir produtos de soja embutidos.
Sistema de contabilidade de material	O mecanismo interno que uma organização utiliza para rastrear dados relacionados com produtos RTRS. Isso pode ser, por exemplo, um banco de dados.
Material produzido	Soja, derivados da soja, ou produtos de soja fornecidos para clientes pela organização. Isso pode incluir produtos de soja embutidos.
Organização	A entidade que está implantando um sistema de Cadeia de Custódia RTRS.
Posse legal	Uma declaração sustentável, ou título de um ativo ou uma propriedade, que é reconhecido pela lei. Isso inclui o direito de posse, o privilégio de uso, e o poder de repassar tais direitos e privilégios.
Não-conformidade maior	Uma não-conformidade será considerada maior se, ela sozinha ou em conjunto com outras não-conformidades, leva, ou tem probabilidade de levar, a uma falha fundamental: (a) Para o cumprimento dos objetivos do critério RTRS específico, ou (b) Numa parte significativa do sistema de gestão. (veja Padrão de Acreditação e Certificação para Cadeia de Custódia RTRS 2.4.5)
Não conformidade menor	Uma não conformidade será considerada menor se for um lapso temporário, ou for incomum/não sistemático, ou os impactos da não

	conformidade forem limitados em termos de tempo e espaço, e que não leva a uma falha fundamental no cumprimento dos objetivos do critério RTRS específico ou outra exigência da certificação. (veja Padrão de Acreditação e Certificação para Cadeia de Custódia RTRS 2.4.5)
Sítio físico	Um local geográfico com delimitações precisas dentro do qual pode se misturar produtos. Uma mistura pode ser de qualquer forma onde materiais normalmente podem ter contato entre si.
Produtor	Qualquer organização que cultiva a soja, Ex. Um fazendeiro
Quantidade	<p>A quantidade de material medida por volume ou peso.</p> <p>Para produtos transportados por navio, é o volume ou peso no carregado no navio</p> <p>Para produtos transportados por caminhão ou ferrovia, é o volume ou peso verificado na balança.</p>
Dados RTRS	<p>Dados que são controlados dentro de escopo do Gerenciamento da Cadeia de Custódia da organização.</p> <p>No mínimo, isso inclui a identificação de produtos certificados RTRS e o tipo de sistema(s) de Cadeia de Custódia utilizado(s) pelo associado portador da certificação.</p> <p>Outros dados RTRS podem incluir, por exemplo, dados sobre sustentabilidade.</p>
Declarações RTRS	O texto utilizado para comunicar que um produto está certificado pela RTRS. Declarações RTRS diferem dependendo do sistema de Cadeia de Custódia utilizado pela organização, segundo a Política de Uso do Logotipo e de Declarações RTRS
Sistema de segregação	Um sistema de Cadeia de Custódia onde o produto certificado está separado fisicamente do produto não certificado durante toda cadeia de suprimento.
Dados de sustentabilidade	<p>Um tipo de dado RTRS que pode incluir, por exemplo, informações repassadas pela cadeia de suprimento como parte dos Requisitos para Produtores/Beneficiadores da EU RED RTRS, Ex. o uso da terra onde a soja foi cultivada, o país de origem, informações sobre a data que uma instalação na cadeia de suprimento se tornou operacional. Pode também incluir dados sobre a qualidade do produto, tais como as características orgânicas ou não GM, quando essas informações estão dentro do escopo da Cadeia de Custódia RTRS.</p> <p>Essas informações são registradas no sistema de contabilidade de material e são controladas pelo Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia.</p>

VI. Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para Produtores

1. Escopo

1.1 Aplicabilidade dos Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para Produtores

- 1.1.1 Os Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para Produtores deverão aplicar-se a qualquer organização plantadora de soja e que faça declarações sobre os grãos de soja RTRS que ela forneça.
- 1.1.2 Onde as organizações plantadoras de soja também comprarem e manusearem soja produzida por terceiros, elas deverão atender Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento, ao invés dos Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para Produtores.

2. Manuseio da matéria certificada RTRS

2.1 Identificação de Material produzido

- 2.1.1 A organização deverá garantir que todos os recibos¹ emitidos em atendimento às demandas por grão de soja RTRS incluam as seguintes informações:
 - a) Identificação da organização (ex: nome, endereço, outras informações relevantes);
 - b) Identificação do cliente (ex: nome, endereço, outras informações relevantes);
 - c) Data de quando o documento foi emitido;
 - d) Descrição do produto;
 - e) Quantidade de produtos vendidos;
 - f) O número do certificado de Cadeia de Custódia RTRS da organização;
- 2.1.2 Se documentos separados de transporte forem emitidos, informação suficiente para ligar a nota fiscal e a respectiva documentação de transporte uma a outra deve ser disponibilizada.
- 2.1.3 A organização deverá acrescentar a mesma informação, conforme exigência da cláusula 2.1.1, à respectiva documentação de transporte, se a nota fiscal (ou a cópia desta) não estiver incluída no carregamento do produto.

2.2 Resumos de Volume

- 2.2.1 A organização deverá preparar resumos de volume anuais dos grãos de soja certificados RTRS colhidos e fornecidos aos clientes.

2.3 Registros

- 2.3.1 A organização deverá manter registros completos e atualizados, atendendo todas as exigências aplicáveis do Padrão da Cadeia de Custódia RTRS.
- 2.3.2 A organização deverá implantar um sistema de armazenamento de registros para todos os registros e relatórios, incluindo documentos de compra e venda, registros de treinamento,

¹ Recibos: inclui qualquer outro documento de suporte que acompanha a comercialização.

registros de produção e resumos de volume. O período de retenção dos registros deverá ser especificado pela organização e deverá ser de no mínimo cinco (5) anos.

2.4 Produtos fornecidos com Declarações RTRS

- 2.4.1 A organização deverá garantir que os produtos certificados RTRS sejam sempre fornecidos com a declaração RTRS correspondente à documentação de venda e transporte, conforme descrito na Política de Uso do Logotipo e de Declarações .

VII. Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento

1 Escopo

1.1.1 Aplicabilidade dos Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento

Os Requisitos Gerais do Sistema da Cadeia de Custódia do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS deverão aplicar-se a qualquer organização da cadeia de suprimento, fazendo declarações RTRS sobre a matéria processada que ela fornece.

2 Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia

2.1 Responsabilidades

- 2.1.1 A organização deverá ter um representante administrativo indicado, com responsabilidade geral e autoridade para implantação e para conformidade com todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS.
- 2.1.2 O pessoal responsável pela implantação dos requisitos do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS demonstrará ciência dos procedimentos da organização e competência em implantar todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS.
- 2.1.3 Em casos onde a organização esteja buscando ou já tenha a certificação de atividades terceirizadas para terceiros independentes (ex: subcontratados para armazenagem, transporte ou outra atividade terceirizada), ela deverá garantir que os terceiros independentes estejam em conformidade com o intento e as exigências de todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS.

2.2 Procedimentos

- 2.2.1 A organização deverá estabelecer, implantar, e manter procedimentos e/ou instruções de trabalho, cobrindo todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS. Os procedimentos e/ou instruções de trabalho deverão estar de acordo com a escala e a complexidade da organização.
- 2.2.2 A organização deverá definir o pessoal responsável pela implantação de cada procedimento, junto com as medidas de qualificação e/ou treinamento exigidas para tal implantação.

2.3 Treinamento

- 2.3.1 A organização deverá estabelecer e implantar um plano de treinamento de acordo com as medidas de qualificação e/ou treinamento definidas para cada procedimento.

2.4 Registros

- 2.4.1 A organização deverá manter registros completos e atualizados, cobrindo todos os requisitos aplicáveis do Padrão de Cadeia de Custódia RTRS.
- 2.4.2 A organização deverá implantar um sistema de armazenamento de registros para todos os registros e relatórios, incluindo documentos de compra e venda, registros de treinamento, registros de produção e resumos de volume. O período de retenção dos registros deverá ser especificado pela organização e deverá ser de no mínimo cinco (5) anos.

3 Fornecimento do Material

3.1 Validação do Fornecedor

- 3.1.1 A organização deverá estabelecer e manter um registro atualizado de todos os fornecedores de material de insumo RTRS, incluindo:
- a) Identificação do fornecedor (ex: nome, endereço, outras informações relevantes)
 - b) O número do certificado do fornecedor da Cadeia de Custódia RTRS
 - c) O escopo do certificado do fornecedor da Cadeia de Custódia
- 3.1.2 A organização deverá verificar a validade e o escopo do certificado RTRS do fornecedor pelo menos a cada seis (6) meses ou quando entrar num contrato de compra para produtos.

4 Manuseio da material certificado RTRS

4.1 Identificação de insumos

- 4.1.1 A organização deverá conferir os recibos de fornecedores e documentação de suporte para garantir o seguinte:
- a) As quantidades de material RTRS fornecido estão em conformidade com a documentação fornecida;
 - b) O sistema de Cadeia de Custódia RTRS está declarado em cada item de produto ou para o total dos produtos;
 - c) O número do certificado do fornecedor da Cadeia de Custódia RTRS está declarado.

4.2 Pontos Críticos de Controle

- 4.2.1 A organização deverá identificar e registrar todos os pontos críticos de controle onde haja risco de mistura não controlada ou substituição entre material certificado RTRS e material não-certificado, incluindo casos onde a organização esteja buscando ou já possui certificado das atividades de terceirizadas para terceiros independentes (ex: subcontratados para armazenagem, transporte ou outras atividades terceirizadas).
- 4.2.2 Onde a organização estiver implantando simultaneamente mais de um sistema de Cadeia de Custódia RTRS, descritos no Padrão da Cadeia de Custódia RTRS, ela deverá identificar e registrar todos os pontos críticos de controle onde haja risco de mistura não-controlada ou substituição entre matérias provenientes de sistemas diferentes de Cadeia de Custódia RTRS.
- 4.2.3 A organização deverá garantir que os pontos críticos de controle são administrados de acordo com as exigências estabelecidas nos requisitos do módulo do Sistema de Cadeia de Custódia.

4.3 Identificação de material produzido

- 4.3.1 A organização deverá estabelecer e manter um registro atualizado dos materiais produzidos e fornecidos com a declaração RTRS incluindo as seguintes informações:
- a) Identificação da organização (ex: nome, endereço, outras informações relevantes)

- b) Identificação do cliente (ex: nome, endereço, outras informações relevantes)
 - c) Data quando o documento foi expedido;
 - d) Descrição dos produtos;
 - e) Quantidade de produtos vendidos;
 - f) O sistema aplicável de Cadeia de Custódia RTRS usado;
 - g) O número do certificado de Cadeia de Custódia RTRS da organização;
- 4.3.2 Se documentos separados de transporte forem emitidos, informação suficiente para ligar a nota fiscal e a respectiva documentação de transporte uma a outra deverá estar disponível.
- 4.3.3 A organização deverá acrescentar a mesma informação exigida na cláusula 4.3.1 à respectiva documentação de transporte, se a nota fiscal (ou a cópia desta) não estiver incluída ao carregamento do produto.

5 Contabilidade de material e declarações

5.1 Contabilidade

- 5.1.1 A organização deverá identificar e documentar as principais fases que envolvem mudança no volume ou peso do material, e, ou medir cada fração subsequente para determinar a quantidade real do produto, ou especificar o(s) fator(es) de conversão para cada fase do processamento. Onde não for viável medir o material a cada fase do processamento, quantidades para o total das fases de processamento podem ser usadas.
- 5.1.2 A organização deverá especificar e documentar a metodologia para cálculos de fator(es) de conversão e garantir que os fatores de conversão sejam atualizados quando houver mudanças no processo de produção, e fazê-lo pelo menos uma vez ao ano.
- 5.1.3 A organização deverá operar um sistema de contabilidade do material para registro dos dados RTRS, incluindo quantidades de insumos recebidas e quantidades de material RTRS fornecidas pela organização. Como um mínimo, isso inclui as seguintes informações para ambos os insumos e materiais produzidos:
- a) Descrição do produto
 - b) Quantidade de material RTRS (por volume ou peso)
 - c) Sistema de Cadeia de Custódia RTRS
- 5.1.4 A organização deverá preparar resumos anuais de volume, especificando quantidades (volume ou peso) para cada tipo de produto e sistema de Cadeia de Custódia, a seguir :
- a) insumos recebidos
 - b) insumos usados para produção (se aplicável)
 - c) insumos ainda em estoque
 - d) material produzido ainda em estoque
 - e) material produzido fornecido

5.2 Produtos fornecidos com declarações RTRS

- 5.2.1 A organização deverá garantir que os produtos certificados RTRS sejam sempre fornecidos com as correspondentes declarações na documentação de transporte e venda, conforme estabelecido nas Política de Uso do Logotipo e de Declarações RTRS..

VIII. Requisitos Modulares

A seção seguinte (VIII) do padrão inclui os módulos dos sistemas de Cadeia de Custódia RTRS. Uma organização deve implantar pelo menos um módulo em acréscimo ao VII Requisitos Gerais da Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento acima. Vários módulos podem ser implantados simultaneamente.

Os módulos seguintes já estão disponíveis:

Módulo A – Cadeia de Custódia de Balanço de Massa

Módulo B - Cadeia de Custódia Segregada

Módulo C - Cadeia de Custódia Multi-sítio

Módulo D - Cadeia de Custódia Não-GM

Módulo E- EU RED

Módulo A. Cadeia de Custódia de Balanço de Massa: requisitos do Sistema

A 1. Escopo do sistema

A 1.1. Aplicabilidade

- A 1.1.1. Os requisitos deste módulo ('Módulo A. Cadeia de Custódia de Balanço de Massa: requisitos do Sistema') deverão aplicar-se a qualquer organização que tenha posse legal do material RTRS e que faça declaração dos materiais produzidos, fornecidos aos clientes, como sendo material de balanço de massa RTRS.
- A 1.1.2. Todos os requisitos deste módulo (A) deverão aplicar-se em acréscimo aos VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento.
- A 1.1.3. A organização deverá implantar os VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento e os requisitos deste módulo (A) em nível de um único sítio físico.

A 1.2 Escopo do Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia

- A 1.2.1 A organização deverá garantir que o material de balanço de massa RTRS produzido no sítio físico e fornecido aos clientes não exceda os insumos de material de balanço de massa RTRS recebidos no sítio físico, usando ou um sistema de contabilidade contínuo ou um período fixo de inventário.

A 2. Manuseio do material certificado RTRS

A 2.1. Pontos Críticos de Controle

- A 2.1.1. Onde a organização estiver implantando, simultaneamente, mais de um Sistema de Cadeia de Custódia RTRS, ela deverá garantir que os insumos dentro do sistema de balanço de massa RTRS sejam materiais RTRS certificados, adquiridos de organização que operem, ou sistemas de Cadeia de Custódia de Balanço de Massa RTRS, ou sistemas de Cadeia de Custódia de Segregação RTRS.

A 2.2. Sistema de Contabilidade de Material para dados RTRS

Insumos

- A 2.2.1. Os dados RTRS deverão ser registrados no sistema de contabilidade de material pela organização após ela estar de posse legal do material de insumo, e ter se certificado de que a documentação de suporte contém a informação RTRS correta (ver item 4.1.1 em VII, nos Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento).
- A 2.2.2. A organização deverá registrar a quantidade (volume ou peso) dos insumos de massa de balanço RTRS recebidos. Este dado deverá ser registrado como unidades de material produzido, usando, ou a conversão de fator(es) por unidade de processamento ou quantidades medidas de material produzido reais.
- A 2.2.3. Onde o processo de manufatura ou processamento gerar co-produtos e sub-produtos, a organização deverá registrar a quantidade (volume ou peso) dos insumos de massa de balanço RTRS recebidos usando categorias separadas por co-produtos e sub-produtos.

- A 2.2.4. Onde dados adicionais de sustentabilidade forem associados aos insumos de massa de balanço RTRS recebidos, estes dados deverão permanecer agregados ou registrados no sistema de contabilidade de material, usando categorias separadas para cada grupo idêntico de dados de sustentabilidade agregados.

Material produzido

- A 2.2.5. Onde o processo de manufatura ou processamento gerar co-produtos e sub-produtos, a organização deverá descontar a quantidade de dados RTRS fornecidos aos clientes das respectivas categorias de co-produtos e sub-produtos no sistema de contabilidade do material produzido. A organização não deverá aplicar dados RTRS gerados pela produção de um co-produto ou sub-produto a um outro co-produto ou sub-produto diferente.
- A 2.2.6. Onde dados adicionais de sustentabilidade forem associados ao material RTRS fornecido aos clientes, a organização deverá descontar a quantidade de dados fornecidos aos clientes da categoria relevante de dados agregados no sistema de contabilidade do material.
- A 2.2.7. A organização não deverá fornecer dados RTRS aos clientes de não-soja, não-derivados de soja ou produtos não-soja. Em produtos a granel, os dados RTRS somente deverão aplicar-se à proporção de soja, derivados da soja ou produtos de soja.

A 2.3. Alocação de dados RTRS

- A 2.3.1. O balanço de entrada e saída de dados RTRS deverá ser implantado como parte do sistema de contabilidade de material.
- A 2.3.2. A organização deverá alocar dados RTRS aos clientes usando ou um sistema de balanço contínuo ou um período fixo de inventário.
- A 2.3.3. Registros dos dados RTRS disponíveis para alocar resultados são claramente visíveis para o pessoal relevante e devem ser mantidos atualizados o tempo todo.

A 2.4. Sistemas de Balanço Contínuo

- A 2.4.1. Onde um sistema de balanço contínuo estiver em operação, a organização deverá garantir que a quantidade dos insumos de material físico de balanço de massa RTRS e o material produzido (volume ou peso) são monitorados em tempo real no sítio físico.
- A 2.4.2. Onde um sistema de balanço contínuo estiver em operação, a organização deverá garantir que a quantidade de material (volume ou peso) no sítio físico seja, pelo menos, a mesma que a quantidade de dados RTRS (volume ou peso) disponíveis para alocação de material produzido no sistema de contabilidade de material.
- A 2.4.3. Onde um sistema de balanço contínuo estiver em operação, a organização deverá garantir que o sistema de contabilidade de material nunca esteja excedido. Somente os dados RTRS que forem registrados no sistema de contabilidade de material deverão ser alocados para o material produzido fornecido pela organização.
- A 2.4.4. Onde um sistema de balanço contínuo estiver em operação, os dados RTRS são válidos por 24 meses, a partir da data em que foram registrados pela primeira vez no sistema de contabilidade de material. Se a organização não alocar a quantidade de dados RTRS disponíveis para o material produzido dentro de 24 meses, os dados deverão expirar e serem descontados do sistema de contabilidade de material.

A 2.5. Períodos fixos de inventário

- A 2.5.1. Onde um período fixo de inventário estiver em operação, a organização deverá garantir que a quantidade de insumos e materiais de balanço de massa RTRS produzidos (volume ou peso) estejam equilibrados com o período fixo de inventário que não deve exceder um ano (12 meses).
- A 2.5.2. Onde um período fixo de inventário estiver em operação, a organização pode exceder dados quando houver evidência de que as compras de balanço de massa RTRS estão sob contrato de entrega dentro do período do inventário, para cobrir a quantidade de material produzido RTRS fornecida.
- A 2.5.3. Onde um período fixo de inventário estiver em operação, os dados RTRS que não tiverem sido alocados para material produzido no final do período de inventário podem ser transferidos e registrados no sistema de contabilidade de material para o próximo período de inventário. Dados RTRS transportados são válidos por 24 meses, a partir da data do inventário. Se a organização alocar menos do que a quantidade disponível de dados RTRS para materiais produzidos por mais de 24 meses, os dados expirarão e serão descontados do sistema de contabilidade de material.
- A 2.5.4. Onde um período fixo de inventário estiver em operação, a organização deverá garantir que o sistema de contabilidade de material não esteja excedido no período do inventário. Somente os dados RTRS que já tiverem sido registrados no sistema de contabilidade de material dentro do período de inventário (incluindo dados remanescentes de períodos anteriores, como no item 2.5.3) deverão ser alocados para materiais produzidos, fornecidos dentro do período de inventário.

Módulo B.Cadeia de Custódia Segregada: requisitos do Sistema

Resumo do Sistema:

Este módulo especifica as exigências para a cadeia de soja ‘segregada’ RTRS dos sistemas de custódia. Em tal sistema de soja certificada RTRS, derivados da soja e produtos da soja são mantidos separados de toda soja, derivados da soja ou produtos da soja que não seja certificada pela RTRS. Este sistema permite que aqueles que comprarem o material tenham certeza de que o mesmo é (ou é feito de) soja que foi produzida nos campos certificados RTRS. Uma vez que o material certificado-RTRS pode ser misturado à outros materiais não certificados pela RTRS, tal sistema de segregação não é projetado para entregar rastreabilidade de uma unidade de produção específica².

B 1. Escopo do sistema

B 1.1 Aplicabilidade

B 1.1.1 Os requisitos ou exigências deste módulo (‘Módulo B. Cadeia de Custódia Segregada: requisitos do sistema’) aplicam-se à qualquer organização que adquira legalmente material RTRS e faça declaração sobre os saídas do material fornecido aos clientes como sendo material RTRS segregado.

B.1.1.2 Todos os requisitos do modulo (B) aplicam-se em acréscimo aos VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento.

B 1.1.3 A organização deve implantar os VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento e as exigências deste módulo (B) em nível de um único sítio físico.

B 1.2 Escopo do Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia

B 1.2.1 A organização deve assegurar que o material RTRS Segregado fornecido aos clientes tenha sido fisicamente separado do material Segregado não-RTRS no sítio físico, ou em qualquer outro etapa sob o controle da RTRS (ex. durante o armazenamento e o transporte).

B 2 Manuseio do material certificado RTRS

B 2.1 Pontos Críticos de Controle

B 2.1.1 Quando a organização está implantando simultaneamente mais de um sistema da Cadeia de Custódia RTRS, ela deve garantir que os insumos dos Sistemas Segregados RTRS são provenientes de fontes de material certificado RTRS , fornecido por organizações que operam os sistemas Segregados da Cadeia de Custódia RTRS e não seja dos sistemas de Balanço de Massa RTRS.

B 2.1.2 Há um sistema eficaz em funcionamento, que foi projetado para garantir a não mistura entre o material RTRS segregado e o material não RTRS segregado, para produtos onde haja declarações por RTRS Segregado.

Observação: tal sistema pode incluir, por exemplo, ajustes de alocação (ex. que o primeiro fluxo do produto através desse sistema, seguindo uma mudança de material não RTRS para material RTRS seja classificado como não-RTRS) ou outros sistemas. A lavagem de equipamentos de

² Apenas os sistemas da Cadeia de Custódia com Identidade Preservada (IP) entregam a rastreabilidade de campos específicos.

processamento ou armazenagem entre fluxos de material RTRS e material não-RTRS pode ser usado como um sistema, mas a limpeza física não é uma exigência deste módulo.

B 2.2. Sistema de contabilização do material para dados RTRS**Insumos**

B 2.2.1 A organização deve registrar os dados RTRS e a quantidade (volume ou peso) dos insumos segregados RTRS recebidos em seu sistema de contabilização de material após o mesmo ter ganhado direitos legais de propriedade do material de insumo e de terem conferido a documentação (ver 4.1.1 em VI, Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento). Estes dados serão registrados como unidades de saída, usando ou o(s) fator(es) de conversão na unidade de processamento, ou quantidades mensuradas.

Saídas de produto

B 2.2.2 A organização descontará a quantidade de dados RTRS fornecidos aos clientes de seu sistema de contabilização de material baseado no material físico real fornecido.

B 2.3 Alocação de dados RTRS

B 2.3.1 A organização garantirá que a alocação dos dados RTRS aos clientes seja consistente com o produto físico que está sendo entregue.

Módulo C. Cadeia de Custódia Multi-sítio: requisitos do Sistema

Resumo do Sistema:

O sistema de Cadeia de Custódia Multi-sítio é um modo eficaz em termos de custos para a implantação da certificação CoC. Um único certificado RTRS CoC é expedido, dando cobertura a múltiplos sítios sob o controle de uma mesma empresa. As exigências dos sistemas de segregação RTRS ou do sistema de balanço de massa CoC são implantados em cada sítio individual. A empresa tem um sistema CoC multi-sítio que é administrado centralmente por ela, chamado Sistema de Controle Interno (SCI), que garante que os requisitos RTRS CoC sejam implantados em todos os sítios ou unidades. Como parte do SCI, auditorias internas são realizadas em todos os sítios ou unidades anualmente.

O organismo de certificação audita os sistemas, a documentação SCI, que é administrada centralmente pela empresa responsável, e uma amostragem de sítios participantes. Durante o período de validade do certificado (05 anos), o organismo de certificação faz auditoria, em todos os sítios que participam do sistema CoC multi-sítio, pelo menos uma vez.

A empresa pode escolher ter vários certificados multi-sítio, por exemplo, certificados que cobrem áreas geográficas específicas, ou tipos de sítios. Certificados multi-sítio separados são necessários onde existir Sistemas de Controle Interno diferentes ou onde não haja um administrador central do sistema.

C 1 Escopo do sistema

C 1.1. Aplicabilidade

C 1.1.1. As exigências deste módulo ('Módulo C. Cadeia de Custódia Multi-sítio: requisitos do Sistema') deverá aplicar-se a qualquer empresa que busque incluir sítios múltiplos na certificação RTRS CoC.

C 1.1.2. Este módulo é projetado para ser usado em acréscimo a um ou mais módulos, a fim de atender as exigências da Cadeia de Custódia baseada em sítios, que inclui: 'Módulo (A): Cadeia de Custódia de Balanço de Massa', 'Módulo (B): Cadeia de Custódia Segregada', 'Módulo (D): Não-GM', ou Módulo E: EU RED

C 1.2. Escopo do Sistema de Cadeia de Custódia

C 1.2.1. O sistema multi-sítio CoC pode incluir tipos diferentes de operações, de áreas geográficas e tipos de sistemas de controle CoC (ex. sistemas de balanço de massa e sistemas de segregação).

C 1.2.2. A empresa deverá definir a área geográfica, o número de sítios, os tipos de sistemas de balanço de massa e os tipos de operações cobertas pelo escopo de seu sistema de Cadeia de Custódia Multi-sítio.

C 1.2.3. A empresa deverá garantir que os requisitos ou exigências relevantes do Padrão RTRS CoC (os requisitos gerais e as exigências específicas do módulo) sejam totalmente implantadas em cada sítio participante.

C 2 Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia

C 2.1. Responsabilidades

C 2.1.1. A empresa deverá ter um Sistema de Controle Interno (SCI) administrado centralmente para gerenciamento e implantação das exigências da cadeia de custódia RTRS.

C 2.1.2. O representante indicado para gerenciar o processo deverá ter autoridade legal ou autoridade de gestão e o suporte técnico necessário para implantar as exigências do 'Módulo C. Cadeia de Custódia Multi-sítio' em todos os sítios ou unidades participantes.

C 2.1.3. A empresa deverá ser responsável por garantir que, qualquer condição da qual dependa a certificação, e quaisquer ações corretivas expedidas pelo organismo de certificação sejam totalmente implantadas a partir daí.

C 2.1.4. A empresa deverá ter autoridade para expedir ações corretivas internas para todo e qualquer sítio ou unidade participante.

C 2.1.5. A empresa deverá ter autoridade para retirar do escopo do sistema multi-sítio CoC quaisquer sítios participantes, caso as exigências de participação, ou qualquer ação corretiva expedida pelo organismo de certificação, ou pela própria empresa que administra, não forem obedecidas pelo(s) sítio(s) participante(s).

C 2.2. Treinamento

C 2.2.1. Como parte do SCI, A empresa deverá estabelecer e implantar treinamento e atividades de conscientização para os sítios participantes, atendendo as exigências aplicáveis da Cadeia de Custódia Multi-sítio RTRS.

C 2.3. Registros

C 2.3.1. A empresa deverá manter registros centralizados de todos os sítios participantes e deve ser responsável por manter os registros descritos abaixo atualizados o tempo todo:

- a) Lista de todos os sítios participante que estão sob a certificação multi-sítio, contendo seus nomes, endereços, gerentes da unidade indicados e tipos de operações, juntamente com a data de entrada da unidade no programa da cadeia de custódia multi-sítio;
- b) Registros das auditorias internas, demonstrando que cada sítio participante atende a elegibilidade dos critérios, as exigências do(s) módulo(s) aplicáveis da Cadeia de Custódia, e qualquer outro requisito adicional do sistema;
- c) Registros dos relatórios do sistema de gestão da Cadeia de Custódia (ver C4.1.5) e revisões de gestão;
- d) A data de retirada de qualquer sítio participante do sistema de Cadeia de Custódia Multi-sítio e uma justificativa do motivo pelo qual o sítio participante foi removido;
- e) Resumos de volume agregado para todos os sítios participantes, como especificado nos VII Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimento, 5.1.4.

C 3 Participação no sistema de cadeia de custódia multi-sítio

C 3.1.1 A empresa deverá documentar e implantar um procedimento com regras claras no que se refere à elegibilidade para participação.

C 3.1.2 Todos os sítios participantes deverão ter uma relação contratual legal ou uma relação contratual com a empresa responsável, exigindo relatórios e comunicações regulares.

C 3.1.3 Todos os sítio participantes deverão estar sujeitos a um Sistema de Controle Interno (SCI) comum, administrado centralmente para gerenciamento e implantação dos requisitos ou exigências da Cadeia de Custódia RTRS, que está submetido à vigilância contínua da empresa.

C 4 Auditorias internas

- C 4.1.1. A empresa deverá realizar uma auditoria interna inicial de cada sítio a ser incluso, a fim de garantir que eles estejam em conformidade com todos os requisitos ou exigências dos Módulos aplicáveis da Cadeia de Custódia e com qualquer exigência adicional para participação anterior à sua admissão como sítio participante dentro do escopo do certificado multi-sítio.
- C 4.1.2. A empresa deverá realizar uma auditoria interna anual para cada sítio participante com o propósito de confirmar a conformidade contínua com todas as exigências da certificação.
- C 4.1.3. Os sítios participantes que não se encontrarem em conformidade durante a auditoria interna deverão receber uma notificação com as ações corretivas exigidas para eliminar a não-conformidade. Estas deverão ser identificadas como não-conformidades maior ou menor.
- C 4.1.4. Quando a não-conformidade for julgada **maior**, o sítio deverá ser excluído do escopo do certificado multi-sítio até que a CAR correspondente seja julgada pelo administrador central do SCI como satisfatoriamente atendida.
- C 4.1.5. A empresa deverá preparar um relatório anual do gerenciamento do sistema de Cadeia de Custódia com resultados das auditorias internas e também com qualquer mudança ou alteração a ser feita no sistema de gerenciamento da Cadeia de Custódia.
- C 4.1.6. O relatório anual do gerenciamento do sistema de Cadeia de Custódia (ver item C4.1.5) deverá ser discutido, revisado e aprovado pelos altos representantes de gestão da empresa e dos sítios participantes.
- C 4.1.7. Um novo sítio só deverá ser adicionado ao escopo do atual certificado da Cadeia de Custódia Multi-sítio se:
- a) durante uma auditoria interna inicial, o sítio comprovar conformidade com as exigências dos Módulos aplicáveis da Cadeia de Custódia e com qualquer requisito adicional de participação (conforme item C4.1.1); e
 - b) o sítio tenha sido incluído na avaliação de risco que é submetida anualmente ao Organismo de Certificação (OC); e
 - c) o escopo do atual certificado de cadeia de custódia já incluir outro sítio do mesmo tipo (ex. o(s) mesmo(s) sistema(s) de cadeia de custódia e o mesmo tipo de operação). Se nenhum sítio do mesmo tipo já fizer parte do escopo do certificado existente, o novo sítio só deverá ser incluso no escopo do certificado se seguir uma avaliação bem sucedida durante a próxima visita de vigilância do OC.

Observação: Se um sítio for adicionado ao escopo do certificado após a auditoria inicial ou a vigilância anual e subsequentemente for removida, antes da próxima vigilância anual, este sítio será submetido à avaliação durante a próxima vigilância mesmo que ele não faça mais parte do escopo do certificado. Estas exigências estão destacadas no Padrão RTRS de Certificação e Acreditação para Cadeia de Custódia.

C 5 Avaliação de Risco

- C 5.1.1. Anterior a avaliação principal para certificação feita pelo OC, a empresa deve realizar uma avaliação de risco, incluindo todos os sítios que desejam ser inseridos no sistema multi-sítio, identificando os riscos de misturas indesejadas e não controladas, ou substituições de RTRS.
- C 5.1.2. A empresa deverá fornecer ao Organismo de Certificação (OC) uma avaliação de risco atualizada antes da auditoria inicial, e a cada auditoria de vigilância subsequente.
- C 5.1.3. A avaliação de risco deverá ser atualizada sempre que houver qualquer mudança nas operações e quando novos sítios forem indicados para participar da certificação multi-sítio.

Módulo D. Cadeia de Custódia Não-GM: requisitos do Sistema

Resumo do Sistema:

Este módulo especifica os requisitos ou exigências para as cadeias de suprimento de soja RTRS Não-GM: ex. para soja certificada RTRS, derivados da soja e produtos de soja que também sejam certificados pela RTRS como 'Não-GM'.

Este módulo contém uma seção específica para produtores (plantadores) de soja Não-GM. Tem também requisitos para a cadeia de suprimento, incluindo produtores, que exigem que a material Não-GM seja separada de todos os outros produtos, ao longo de toda a cadeia de suprimento, para manter seu status.

As exigências deste documento deverão ser aplicadas em conjunto com, ou as exigências de balanço de massa RTRS CoC (Módulo A), ou com os requisitos de Segregação RTRS CoC (Módulo B), de acordo com o que for exigido pelos próximos segmentos da cadeia de suprimento. Mistura da soja RTRS Não-GM com outro material certificado de soja Não-GM poderá ocorrer, nesse caso 'informações RTRS' poderão ser alocadas sob a base 'balanço de massa'. O status Não-GM do material não poderá ser alocado ao material GM ou produtos desconhecidos.

D 1. Escopo do sistema

D .1. Aplicabilidade

D .1.1. As exigências deste módulo ('Módulo D. Cadeia de Custódia Não-GM: Requisitos do Sistema') deverão aplicar-se a qualquer organização com propriedade legal do material RTRS e que fizer declarações sobre o material fornecido aos clientes como sendo material RTRS Não-GM certificado.

D 1.2 Escopo do Sistema de Gestão Não-GM

D 1.2.1 A organização deverá garantir que o material certificado RTRS Não-GM fornecido aos clientes tenha sido fisicamente separado no sítio físico (local) dos produtos GMs ou de produtos de status desconhecido, e que não tenha havido mistura com produtos GM ou com produtos de status desconhecido em nenhum outro etapa sob se controle (por exemplo, durante a armazenagem e transporte).

D 2. Cultivo e colheita (Aplica-se somente aos produtores de soja)

D 2.1 Requisitos para os produtores de soja

D 2.1.1 A organização que planta soja deverá garantir que a semente e qualquer outro insumo agrícola sejam de procedência Não-GM.

D 2.1.2 a organização que planta soja deverá manter certificados de procedência, recibos e outros documentos relevantes de toda e qualquer compra de semente. Quando sua própria semente for usada, de uma safra para a outra, registros de procedência das sementes originais deverão ser mantidos.

D 2.1.3 Quando maquinário (incluindo as plantadeiras, colheitadeiras, carregadeiras, etc.) for compartilhado com áreas de plantação GM ou com qualquer outro produto que possa conter estirpes GM, o mesmo deve ser higienizado completamente antes de ser usado em áreas plantadas Não-GM.

D 2.1.4 A empresa que plantar soja Não-GM e tiver que trabalhar nas adjacências de plantadores GM deverá manter uma distância segura das lavouras GM e implantar barreiras físicas quando necessário, a fim de prevenir que o material GM seja carregado pelo ar.

D 2.1.5 A safra de grãos de soja não deverá conter taxa de resíduos GM maior do que 0.9% (ou limites mais baixos se especificados pelos clientes).

Observação: DNA GM que não for autorizada no país receptor não poderá ser incluída, mesmo que em baixos níveis de presença adventícia, por exemplo: não há nível de aceitação para DNA GM não-autorizada no país receptor.

D 3. Testando o Status Não-GM (Aplica-se aos produtores de soja e todas as empresas da cadeia de suprimento)

D 3.1 Requisitos para produtores de soja e cadeia de suprimento

D 3.1.1 A empresa deverá realizar testes semi-quantitativos para validar o status GM dos materiais da soja que ela recebe e no local que a empresa cultiva a soja, do grão de soja que a empresa fornece. Qualquer laboratório que realize testes semi-quantitativos para a presença de DNA GM em nome da empresa deverá ter competência para fazê-los. Laboratórios que realizam teste PCR deverão ser acreditados para fazer o teste por um Organismo de Acreditação reconhecido.

Observação: Não se espera que produtores individuais de pequena escala sejam responsáveis por realizar testes de DNA em suas plantações, entretanto, nesses casos deverá haver evidência de que o primeiro comprador faça os testes.

D 3.1.2 Uma avaliação de risco formal referente a presença GM deverá ser feita na fonte dos insumos e em etapas potenciais de contaminação cruzada, durante manuseio subsequente, transporte, armazenagem e processamento.

D 3.1.3 A frequência e a localização de testes de amostragem e semi-quantitativos deverão ser estabelecidas em nível identificado como necessário para garantir o status Não-GM.

D 3.1.4 A empresa deverá garantir que a presença adventícia de DNA GM em qualquer material de insumo fornecido seja <0.9% (ou níveis mais baixos se especificados pelos clientes).

Observação: DNA GM que não for autorizada no país receptor não poderá ser incluída, mesmo que em baixos níveis de presença adventícia, por exemplo: não há nível de aceitação para DNA GM não-autorizada no país receptor.

D 3.1.5 Onde o DNA for ausente ou onde o DNA for tão descontínuo que se torna indetectável, as empresas deverão demonstrar que os materiais são derivados de produtos ou processos de status Não-GM, demonstrando onde houve segregação, desde o ponto onde o teste de DNA poderá ser considerado como válido.

D 3.1.6 Para as empresas da cadeia de suprimento que utilizam navios (incluindo balsas e navios de cabotagem), um teste composicional PCR por container é estabelecido como exigência mínima para confirmar o status Não-GM. Este requisito não é aplicável aos produtores de soja.

D 4. Manuseio de material (Aplica-se aos produtores de soja e a todas as empresas da cadeia de suprimento)

D 4.1 Pontos Críticos de Controle

D 4.1.1 Quando a empresa manusear simultaneamente produtos Não-GM e produtos GM ou produtos de status desconhecido, ela deverá garantir que os insumos do sistema RTRS Não-GM atendem as exigências RTRS Não-GM.

D 4.1.2 A empresa deverá assegurar que a documentação de suporte e os resultados dos testes confirmem o status Não-GM do material antes que ele seja misturado ao outro material não-GM no local (on-site).

D 4.2 Sistema de Contabilização do Material para Dados RTRS

D 4.2.1 Dados Não-GM não deverão ser alocados aos de produtos GM ou produtos de status desconhecido. Se isso ocorrer, o material deve perder seu status não-GM.

D 4.2.2 Onde o sistema de segregação da cadeia de custódia estiver em uso como dados RTRS, a empresa deverá garantir que a alocação de dados RTRS para os clientes seja consistente com o produto físico vigente a ser entregue, incluindo tanto a certificação RTRS quanto o status Não-GM. As exigências do Módulo B também se aplicam.

D 4.2.3 Onde o sistema de cadeia de custódia de balanço de massa estiver em uso como dados RTRS, as características de sustentabilidade (incluindo o status de certificado pela RTRS) poderão ser alocadas ao material Não-GM, mesmo se o material Não-GM não for originário de um campo certificado pela RTRS. Isto só é permitido se o material Não-GM atender às exigências RTRS Não-GM. As exigências do Módulo A também se aplicam.

Observação: Dados Não-GM não deverão ser alocados aos de produtos GM ou produtos de status desconhecido *no sistema de balanço de massa RTRS*.

Module E. Cadeia de Custódia para Balanço de Massas RTRS

EU RED: Requisitos do sistema

Resumo do sistema:

Aquelas empresas que desejem fornecer soja, derivados de soja e produtos de soja ao mercado de biocombustíveis da UE devem implementar um sistema de balanço de massas que inclui elementos adicionais que não estão considerados no Módulo A. Além dos requisitos da cadeia de custódia, os operadores da cadeia de suprimento também devem cumprir com as disposições dos Requisitos de Cumprimento RTRS EU RED para a Cadeia de Suprimento. É importante salientar que comunicar dados RTRS EU RED não é o mesmo que fazer declarações sobre o cumprimento de RTRS EU RED. As declarações sobre o cumprimento de RTRS EU RED só podem ser feitas sob circunstâncias específicas estabelecidas nos Requisitos de Cumprimento RTRS EU RED para a Cadeia de Suprimento.

E 1. Escopo do sistema

E 1.1. Aplicabilidade

- E 1.1.1. Os requisitos deste módulo ('Módulo E. Cadeia de Custódia para Balanço de Massas RTRS EU RED: Requisitos do sistema') serão aplicáveis em qualquer empresa que quiser fornecer soja e produtos de soja ao mercado de biocombustíveis da UE e comunicar dados RTRS EU RED aos clientes.
- E 1.1.2. Este módulo deve ser implementado além do 'Módulo (A): Cadeia de Custódia para Balanço de Massas' e os 'Requisitos de Cumprimento RTRS EU RED para a Cadeia de Suprimento'.
- E 1.1.3. Este módulo também pode ser implementado além do 'Módulo (C): Cadeia de Custódia Multi-sítio'.

E 1.2. Escopo do Sistema de Gestão da Cadeia de Custódia

- E 1.2.1. A organização deverá certificar que a saída de material de balanço de massas RTRS EU RED do lugar físico fornecido aos clientes não supere a entrada de material de balanço de massas RTRS EU RED recebido no lugar físico, através da utilização de um sistema de contabilidade contínuo ou um período fixo de inventário de três meses.

E 2. Manipulação de material certificado RTRS

E 2.1. Pontos críticos de controle

- E 2.1.1. Quando a organização implementar simultaneamente mais de um Sistema de Cadeia de Custódia RTRS, deverá assegurar que material certificado RTRS proveniente de organizações que operem seja com os sistemas de cadeia de custódia para balanço de massas RTRS EU RED ou com os sistemas de cadeia de custódia para segregação RTRS entre no sistema de balanço de massas RTRS EU RED.

E 2.2. Períodos fixos de inventário (substitui A2.5 do Módulo A Cadeia de Custódia por Balanço de Massas)

- E 2.2.1. Depois de um operador econômico receber a certificação RTRS de balanço de massas, o primeiro período de inventário para o balanço de massas poderá ser aplicado de maneira

retrospectiva até a temporada de colheita anterior inclusive³. Como alternativa, é possível aplicar completamente para o futuro, sempre que não exceda os doze meses nem inclua nenhuma das temporadas de colheita posteriores. Em nenhuma circunstância o período total do primeiro inventário deverá superar os doze meses.

- E 2.2.2. Quando finalizar o primeiro período de inventário, a organização deverá se certificar de que a quantidade de entradas e saídas de material de balanço de massas RTRS (volume ou peso) se equilibre dentro de um período de inventário fixo que não supere os três (3) meses.
- E 2.2.3. Cada operador da cadeia de suprimento (colheita, processamento, armazenamento) deve declarar o período de tempo de seu inventário a seu OC quando receba a certificação por primeira vez (para o primeiro período de inventário) ou no início do período de inventário (para períodos posteriores).
- E 2.2.4. Quando estiver em operação um período fixo de inventário, a organização poderá deixar ao descoberto dados quando existam provas de que as compras de balanço de massas RTRS se encontram sob contrato para sua entrega dentro do período de inventário para cobrir a quantidade de saída de material RTRS fornecido.
- E 2.2.5. Quando um período fixo de inventário estiver em operação, os dados RTRS EU RED que não tenham sido alocados ao material de saída no final do período de inventário poderão ser transferidos e registrados no sistema de contabilidade de materiais para o seguinte período de inventário. A validade dos dados RTRS EU RED transferidos será durante o tempo em que uma quantidade equivalente de material (volume ou peso) se encontre no lugar físico.
- E 2.2.6. Quando estiver em operação um período fixo de inventário, a organização deverá se assegurar de que o sistema de contabilidade de materiais não se encontre ao descoberto no momento do inventário. Somente os dados RTRS que tenham sido registrados no sistema de contabilidade de materiais dentro do período de inventário (incluindo os dados trasladados do período anterior, segundo 2.2.3) deverão ser alocados a saídas fornecidas dentro do período de inventário.
- E 2.2.7. A organização deverá se certificar de que os produtos que cumprirem com os requisitos RTRS EU RED sejam fornecidos sempre com a declaração RTRS correspondente em suas vendas e na documentação de transporte, tal como é estabelecido pela Política sobre Declarações e Comunicações RTRS EU RED.

³ A temporada de colheita de soja pode variar conforme as condições geográficas e climáticas dos diferentes países. Em países sul-americanos como Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, a temporada de colheita se estende de fevereiro a maio, aproximadamente.



Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável Versão 3.0

02 de Junho, 2016

Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável Versão 3.0, com insumos do Grupo de Trabalho Técnico de Revisão após a 3a Reunião, nos dias 29 de fevereiro e 01 de março de 2016 em Buenos Aires, na Argentina.

Aprovado pelo Comitê Executivo da RTRS no dia 14 de março de 2016 e aprovado pela Assembleia Geral em 02 de junho, 2016.



Este é um documento público; para quaisquer comentários sobre o conteúdo deste documento ou o Padrão RTRS, entre em contato com:

Unidade Técnica da RTRS

technical.unit@responsiblesoy.org e cc: info@responsiblesoy.org

Número de Telefone: +54 11 4551 5070

As línguas oficiais da RTRS são inglês, espanhol e português; no entanto, em caso de divergência entre as diferentes versões do mesmo documento, consulte a versão oficial em inglês.

Conteúdo

Preâmbulo	3
Princípio 1 - Cumprimento da Legislação e Boas Práticas Empresariais	5
Princípio 2 - Condições de Trabalho Responsáveis	8
Princípio 3 - Relações Responsáveis com a Comunidade	15
Princípio 4 - Responsabilidade Ambiental	20
Princípio 5 - Boas Práticas Agrícolas	26
Anexo 1 - Requisitos da Cadeia de Custódia para os Produtores	35
Anexo 2 - Lista de Acrônimos	37
Anexo 3 - Glossário de Termos	38
Anexo 4 - Orientações RTRS para a Expansão Responsável da Soja	42
Anexo 5 - Exemplo: Desenvolvimento de um Plano para Garantir a Preservação da Vegetação Nativa e da Vida Silvestre na Fazenda	44
Anexo 6 - Medidas e Práticas de Manejo Integrado de Culturas (MIC) na Produção de Soja	48
Anexo 7 - Orientações para as Interpretações Nacionais	50
Anexo 8 - Membros do Grupo de Trabalho Técnico de Revisão: Abril de 2015 - Março de 2016	53

Preâmbulo

Elaboração deste documento: o Padrão de Produção de Soja Responsável da Associação Internacional de Soja Responsável (Padrão RTRS) é resultado de um processo de desenvolvimento com a participação de diversas partes interessadas, incluindo representantes dos três grupos constitutivos da RTRS, e incluiu vários períodos de consulta pública.

O processo levou dois anos e contou com a participação de diversas partes interessadas, culminando na publicação dos Princípios e Critérios da RTRS para a Produção de Soja Responsável: Versão para Teste de Campo, em maio de 2009. Esta versão foi utilizada pelos Grupos Técnicos Nacionais (GTN) em cinco países para dar início aos processos nacionais de interpretação, e pelos produtores e auditores em testes de campo realizados em diversos países produtores de soja.

Em março de 2010, a RTRS formou um Grupo Técnico Internacional (GTI) para rever os princípios e critérios do Teste de Campo e elaborar um conjunto de Princípios e Critérios auditáveis para uso em um esquema de certificação. Como parte de seu trabalho, o grupo multi-partes revisou e considerou as alterações propostas pelos GTN, os comentários recebidos durante a consulta pública sobre as versões preliminares das Interpretações Nacionais, as orientações do Comitê Executivo da RTRS sobre o desmatamento e o feedback dos testes de campo e das auditorias de diagnóstico. Este grupo, composto por representantes dos três grupos constitutivos da RTRS, concluiu seu trabalho em uma reunião em São Paulo, no Brasil, nos dias 24-27 de março de 2010.

Em setembro de 2013, o Grupo de Trabalho de Pesticidas revisou o Critério 5.6 e introduziu alterações.

Em julho de 2015, a RTRS reuniu um Grupo de Trabalho Técnico de Revisão (GTTR) para realizar uma revisão completa da Versão 2 do Padrão. Este Grupo de Trabalho recebeu mais de 260 comentários ao longo de três períodos de consulta pública. Estes comentários foram revisados e analisados em três reuniões presenciais. O GTTR, composto por representantes dos três grupos constitutivos da RTRS, concluiu seus trabalhos em uma reunião em Buenos Aires, na Argentina, nos dias 29 de fevereiro e 10 de março de 2016.

Revisão: O padrão será revisto pelo menos uma vez a cada cinco anos e não mais que uma vez a cada três anos, salvo na identificação de exceções ou mediante determinação em contrário do Comitê Executivo da RTRS ou da Assembleia Geral.

Interpretação Nacional: Cada país produtor de soja é incentivado a desenvolver uma interpretação nacional do padrão que, uma vez aprovado pela RTRS, constituirá a base de certificação no país. Os processos nacionais de interpretação são necessários para cumprir os requisitos da interpretação nacional da RTRS relacionados ao processo e ao conteúdo. As Orientações para a Interpretação Nacional (Anexo 7) devem ser seguidas ao considerar-se a interpretação do padrão para uso nacional. Os grupos encarregados da interpretação nacional não podem criar requisitos menos rigorosos que os do Padrão RTRS Internacional.

Modelos de Negócios Inclusivos: São aplicados sempre que possível, oferecendo oportunidades às partes interessadas, fortalecendo a coesão social e a prosperidade econômica e tornando os negócios mais sustentáveis.

Âmbito de aplicação: Este padrão aplica-se a todos os tipos de grãos de soja, incluindo os grãos cultivados de forma convencional, orgânicos e geneticamente modificados (GM). Ele foi desenvolvido para uso em todas as escalas de produção de soja e em todos os países produtores de soja.

Unidade de Certificação: A unidade de certificação deverá ser o terreno onde é cultivada a soja e está determinada pelos limites do estabelecimento. Isto inclui os campos onde é cultivada a soja, mas também todas as áreas onde não é cultivada soja, as áreas não cultivadas, a infra-estrutura e as instalações, e outras áreas que fazem parte do estabelecimento.

Transparência: Este padrão foi concebido para uso em um sistema de certificação voluntária. Todos os que buscarem certificação deverão fazê-lo comprometidos com a transparência em relação aos requisitos deste padrão, incluindo um espírito de engajamento construtivo com as partes interessadas e compartilhamento de informações que não sejam comercialmente sensíveis. Será elaborado um resumo (disponível ao público) das informações sobre o desempenho de cada organização certificada em relação a cada critério. O resumo não incluirá informações comercialmente sensíveis.

Monitoramento: Sempre que os indicadores exigirem monitoramento, deverá ser definida uma linha de base no momento da certificação (salvo indicação em contrário nos requisitos) incluindo o monitoramento e a avaliação das tendências ao longo do tempo. Os produtores devem comprometer-se com um processo de melhoria contínua. Na certificação grupal, o monitoramento em grupo deve ser utilizado sempre que necessário.

Orientação: A orientação contida neste documento deve ser seguida por todos os usuários do padrão, inclusive:

- i) Auditores, avaliando a conformidade em relação ao Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável.
- ii) Produtores de soja usando o Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável a fim de implementar boa prática e obter certificação.
- iii) Gerentes de grupo usando o Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável para obter certificação de um grupo de produtores de soja.

Princípio 1

Cumprimento da Legislação e Boas Práticas Empresariais



Orientação Princípio 1	
<p>1.1 Toda a legislação local e nacional aplicável é conhecida e cumprida.</p> <p>Nota: Na certificação grupal de fazendas de pequeno porte, os gestores dos grupos devem capacitar os membros em relação às leis aplicáveis e ao cumprimento dos preceitos legais.</p>	
<p>1.1.1 Existe um conhecimento demonstrável das responsabilidades segundo as leis aplicáveis.</p>	<p>Orientação 1.1.1 - 1.1.2</p> <p>Os produtores precisam ter acesso à informação para saber o que é exigido deles por lei. Exemplos incluem a manutenção de um registo de leis ou acesso à consultoria jurídica relevante.</p> <p>O cumprimento dos preceitos legais deverá ser verificado por meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • da verificação de dados públicos disponíveis sobre o cumprimento, quando houver; • de entrevistas com funcionários e partes interessadas; e • de observações de campo.
<p>1.1.2 As leis aplicáveis estão sendo cumpridas.</p>	
<p>1.2 Os direitos de uso da terra estão claramente definidos e são demonstráveis.</p> <p>Nota: Os direitos de uso da terra dos usuários tradicionais da terra são considerados no Critério 3.2, que deve ser cruzado com este Critério.</p>	
<p>1.2.1 Existem evidências documentais dos direitos de uso da terra (por exemplo, título de propriedade, contrato de arrendamento, ordem judicial, etc.).</p>	
<p>1.3 Existe uma melhoria contínua em relação aos requisitos deste padrão.</p> <p>Nota: Na certificação grupal, a melhoria contínua pode ser registrada e monitorada para o grupo como um todo.</p>	
<p>1.3.1 A partir da avaliação exigida em 4.1.1, foram identificados os aspectos sociais, ambientais e agrícolas da operação (dentro e fora da fazenda) que devem ser melhorados.</p> <p>Nota: Os produtores são livres para escolher os indicadores de melhoria contínua mais relevantes em cada contexto para provar que houve melhorias contínuas em relação aos requisitos deste padrão; ex: Teor de carbono do solo, uso de agroquímicos, situação da mata ciliar, etc. O ano usado na linha de base é o ano da primeira avaliação de certificação.</p>	<p>Orientação 1.3.1 - 1.3.2 - 1.3.3</p> <p>Reconhece-se que, às vezes, indicadores específicos de melhoria contínua podem não apresentar melhorias devido a circunstâncias fora do controle do titular do certificado.</p>

<p>1.3.2 A partir destes aspectos identificados em 1.3.1, foram selecionados diversos indicadores e definida uma linha de base para possibilitar o monitoramento das melhorias contínuas nos aspectos que deseja-se aprimorar.</p> <p>Nota: Os produtores são livres para escolher os indicadores de melhoria contínua mais relevantes em cada contexto para provar que houve melhorias contínuas em relação aos requisitos deste padrão; ex: Teor de carbono do solo, uso de agroquímicos, situação da mata ciliar, etc. O ano usado na linha de base é o ano da primeira avaliação de certificação.</p>	
<p>1.3.3 Os resultados do monitoramento são analisados e, quando necessário, a devida ação é planejada e executada para garantir a melhoria contínua.</p>	

Princípio 2

Condições de Trabalho Responsáveis



Orientação Princípio 2

Nota 1: Os requisitos do Princípio 2 aplicam-se tanto aos funcionários diretos quanto a trabalhadores fornecidos por terceiros. O escopo da certificação é a fazenda e seus limites; Precisa ser verificada, portanto, a presença de trabalhadores terceirizados, considerando-se os devidos limites, e os trabalhadores terceirizados contratados para trabalhar na fazenda certificada.

Nota 2: Este princípio aplica-se também a trabalhadores migrantes, sazonais e outros trabalhadores contratados.

Orientação para o Princípio 2: Em relação ao cumprimento dessas exigências por parte de terceiros (Nota 1): As operações deverão contar com um mecanismo que lhes permita verificar, adequadamente, a conformidade de seus prestadores de serviços. Os auditores devem avaliar o mecanismo de verificação das operações para determinar se os auditores também devem avaliar uma amostra dos prestadores de serviços.

2.1 Trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação e assédio não ocorrem e não recebem apoio.

Orientação 2.1

Devem ser verificados comprovantes dos dados pessoais relevantes dos trabalhadores (por exemplo, sexo e data de nascimento). Os dados coletados devem ser adequados ao local e à legislação em vigor (por exemplo, em alguns países pode não ser adequado - ou mesmo legal - indagar a religião dos funcionários).

2.1.1 Não é usada qualquer forma de trabalho forçado, compulsório, escravo, traficado ou involuntário em qualquer fase da produção.

Orientação 2.1.1

Os funcionários devem ser livres para deixar o local de trabalho depois de cumprir as horas de trabalho; também devem ser livres para rescindir a relação trabalhista, desde que seja dado o devido aviso prévio.

Referência: Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado e Convenção 105 sobre Abolição do Trabalho Forçado.

2.1.2 Nenhum trabalhador é obrigado a deixar seus documentos de identidade com outras pessoas e nenhuma parte de seu salário, de seus benefícios ou pertences é retida pelo proprietário ou terceiros, a menos que permitido por lei.

2.1.3 Cônjuges e filhos de trabalhadores contratados não são obrigados a trabalhar na fazenda.

Orientação 2.1.3

Os funcionários devem ser livres para deixar o local de trabalho depois de cumprir as horas de trabalho; também devem ser livres para rescindir a relação trabalhista, desde que seja dado o devido aviso prévio.

Referência: Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado e Convenção 105 sobre Abolição do Trabalho Forçado.

2.1.4 Crianças e menores de idade (menos de 18 anos) não realizam trabalhos perigosos ou qualquer trabalho que ponha em risco sua integridade física ou seu bem-estar mental ou moral.

Orientação 2.1.4 - 2.1.5

2.1.4-2.1.5 Crianças e menores de idade (com menos de 18 anos) não trabalham em locais perigosos, em situações

<p>2.1.5 Crianças menores de 15 anos (ou idade superior, dependendo da legislação nacional) não realizam trabalhos produtivos. Elas podem acompanhar suas famílias no campo, desde que não sejam expostas a situações perigosas, inseguras ou insalubres e desde que isso não interfira com os estudos.</p> <p>Nota: no caso da agricultura familiar, consulte a Orientação.</p>	<p>insalubres, à noite, ou com substâncias ou equipamentos perigosos e tampouco transportam cargas pesadas. Elas não são expostas a qualquer forma de abuso e não há evidências de trabalho traficado, forçado ou escravo.</p> <p>2.1.4-2.1.5 Referência: Convenção 138 da OIT sobre a Idade Mínima e 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil.</p> <p>2.1.4-2.1.5 Quando permitido pela legislação e essencial para a agricultura familiar (ver Glossário), crianças entre 13 e 15 anos de idade podem realizar atividades produtivas leves durante a alta temporada, desde que o trabalho não exceda 14 horas semanais e não interfira nos estudos. A Interpretação Nacional definirá o número de horas em que estas crianças podem realizar atividades produtivas leves na agricultura familiar durante o recesso de verão.</p> <p>2.1.5 A participação em determinadas atividades agrícolas nem sempre é considerada trabalho infantil. Tarefas adequadas à idade - de menor risco e que não interfiram com o estudo e o tempo de lazer das crianças - podem ser uma parte normal do crescimento em ambientes rurais. Especialmente no contexto da agricultura familiar, pecuária e piscicultura de pequeno porte, a participação limitada de crianças em atividades não perigosas pode ser positiva, pois contribui para a transferência intergeracional de competências técnicas e sociais e para a segurança alimentar das crianças. Os jovens envolvidos em alguns aspectos do trabalho agrícola costumam exibir índices mais elevados de autoconfiança, autoestima e competência no trabalho. Portanto, ao considerarem-se as horas e condições de trabalho, a idade, as atividades e os perigos envolvidos, é importante esclarecer a distinção entre tarefas leves - que não causam prejuízos às crianças - e o trabalho infantil, que interfere com o ensino obrigatório e causa danos à saúde e ao desenvolvimento pessoal.</p> <p>Fonte: http://www.ilo.org/ipec/areas/Agriculture/lang-en/index.htm</p>
<p>2.1.6 Discriminações de qualquer natureza não ocorrem e não são apoiadas ou toleradas.</p>	<p>Orientação 2.1.6-2.1.7</p> <p>A discriminação inclui - mas não se limita - a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, gravidez, condição de portador (a) de HIV, filiação sindical ou associação política com o objetivo ou efeito de anular, afetar ou prejudicar o reconhecimento, fruição ou exercício igual dos direitos ou liberdades no trabalho, seja no processo de contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, demissão ou aposentadoria.</p> <p>A divergência de salário não é considerada discriminatória</p>
<p>2.1.7 Pelo mesmo trabalho, todos os trabalhadores recebem remuneração de igual valor, acesso igual a treinamentos e benefícios e oportunidades iguais de promoção e preenchimento de todas as vagas disponíveis.</p>	

	<p>quando a empresa possui uma política, de pleno conhecimento dos funcionários, que determina diferentes escalas de pagamento para diferentes níveis de qualificação, tempos de experiência, etc.</p> <p>Referência: Convenção 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração e Convenção 111 da OIT sobre Discriminação.</p>
2.1.8 Os trabalhadores não são sujeitos à punição corporal, opressão ou coerção mental ou física, abuso verbal ou físico, assédio sexual ou qualquer outro tipo de intimidação.	
<p>2.2 Os trabalhadores - empregados direta e indiretamente na fazenda - e arrendatários estão devidamente informados e treinados para suas tarefas e cientes de seus direitos e deveres.</p>	<p>Orientação 2.2</p> <p>O termo 'trabalhadores indiretamente empregados na fazenda' refere-se, aqui, aos funcionários de prestadores de serviços que realizam serviços diretamente relacionados ao processo de produção. O escopo dos 'serviços diretamente relacionados ao processo de produção' será definido nas interpretações nacionais.</p> <p>Nos países que não exigem contratos formais de trabalho entre o trabalhador e o empregador, devem ser fornecidos outros comprovantes da relação de trabalho (por exemplo, o registro do empregado junto à previdência social / agência de empregos).</p>
<p>2.2.1 Os trabalhadores (inclusive trabalhadores temporários), arrendatários, contratados e subcontratados dispõem de um acordo por escrito, num idioma que conseguem compreender.</p> <p>Nota: Os requisitos do indicador 2.2.1 são recomendados em todos os casos. No entanto, nas pequenas fazendas com altos índices de analfabetismo, os gestores do grupo podem implementar mecanismos alternativos para verificar a validade das relações de trabalho e torná-las conhecidas por todos.</p>	
2.2.2 As leis trabalhistas, acordos sindicais ou contratos diretos de emprego, com detalhes sobre os pagamentos e as condições de emprego (por exemplo, horas de trabalho, deduções, horas extras, doença, férias, licença maternidade, razões para demissão, período de aviso prévio, etc.) estão disponíveis em linguagem entendida pelos trabalhadores ou foram explicados cuidadosamente a eles por um gerente ou supervisor.	

<p>2.2.3 Treinamento adequado e apropriado e instruções compreensíveis sobre os direitos fundamentais do trabalho, saúde e segurança - bem como qualquer outra supervisão ou orientação necessária - são proporcionados a todos os trabalhadores.</p> <p>Nota sobre 2.2.3: No caso da Certificação Grupal de pequenos agricultores, os gestores podem organizar sessões de formação periódicas para os trabalhadores dos grupos.</p>	<p>Orientação 2.2.3</p> <p>Se não houver regulamentação sobre a frequência das sessões de formação em saúde e segurança, tal formação deverá ser realizada pelo menos uma vez por ano.</p>
<p>2.3 Um local de trabalho seguro e saudável é garantido a todos os trabalhadores.</p>	<p>Orientação 2.3</p> <p>Referências: Convenção 155 da OIT sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores; Convenção 184 da OIT sobre Segurança e Saúde na Agricultura; Recomendação 192 da OIT sobre Segurança e Saúde na Agricultura.</p> <p>O meio de verificação utilizado deve ser adequado ao tamanho e à escala da operação. Ex: (2.3.1) Deve haver uma política de saúde e segurança documentada nas operações com funcionários permanentes. Nas fazendas de pequeno porte, isso pode ser demonstrado através de explicações orais.</p>
<p>2.3.1 Os produtores e seus funcionários demonstram conhecimento e compreensão das questões de saúde e segurança.</p>	
<p>2.3.2 Riscos de saúde e segurança relevantes estão identificados, procedimentos para tratar dessas questões são desenvolvidos pelos empregadores e estes são monitorados.</p>	
<p>2.3.3 Tarefas potencialmente perigosas são realizadas apenas por pessoas capazes e competentes, sem problemas específicos de saúde.</p>	
<p>2.3.4 Vestuário e equipamentos de proteção adequados e apropriados são fornecidos e utilizados em todas as operações potencialmente perigosas, como o manuseio e a aplicação de pesticidas e operações manuais ou mecanizadas.</p>	
<p>2.3.5 Existem mecanismos para verificar o cumprimento dos requisitos de segurança pelos trabalhadores.</p>	
<p>2.3.6 Há procedimentos em vigor para acidentes e emergências; as instruções são compreendidas claramente por todos os trabalhadores.</p>	<p>Orientação 2.3.6</p> <p>Os procedimentos em casos de acidentes e emergências devem incluir medidas imediatas para interromper qualquer operação em locais onde há perigo grave e iminente à segurança e a saúde - e, se for o caso, a evacuação do local.</p>

2.3.7 Em caso de acidente ou doença, há primeiros socorros acessíveis e a assistência médica é prestada sem demora.	
2.4 Todos os trabalhadores gozam de liberdade de associação e do direito à negociação coletiva.	
2.4.1 Todos os trabalhadores e arrendatários gozam do direito de estabelecer e /ou filiar-se a uma organização de sua escolha.	Orientação 2.4.1 Referência: Convenção 87 da OIT sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Sindicalização.
2.4.2 Não é impedido o funcionamento eficaz dessas organizações. Os representantes não são sujeitos à discriminação e têm acesso, sempre que solicitado, a seus afiliados no local de trabalho.	
2.4.3 Todos os trabalhadores têm o direito à negociação coletiva.	Orientação 2.4.3 Referência Convenção 98 da OIT sobre Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva.
2.4.4 Os trabalhadores não são impedidos de interagir com partes externas fora do horário de trabalho (por exemplo, ONGs, sindicatos, inspetores do trabalho, trabalhadores de extensão agrícola, órgãos de certificação).	
2.5 Todos os trabalhadores da fazenda, empregados direta ou indiretamente, têm remuneração, no mínimo, igual ao valor previsto na legislação nacional e em acordos setoriais.	Orientação 2.5 'Trabalhadores indiretamente empregados na fazenda' refere-se, aqui, aos funcionários de prestadores de serviços que realizam serviços diretamente relacionados ao processo de produção. O escopo dos 'serviços diretamente relacionados ao processo de produção' será definido nas interpretações nacionais.
2.5.1 Os salários brutos dos trabalhadores estão em conformidade com a legislação nacional e os acordos setoriais e são pagos, no mínimo, mensalmente.	
2.5.2 Não ocorrem deduções salariais de natureza disciplinar, a menos que isso seja permitido pela legislação. As remunerações e benefícios são detalhados e esclarecidos aos trabalhadores; os trabalhadores são pagos de uma maneira que lhes é conveniente. Os salários pagos são registrados pelo empregador.	
2.5.3 A jornada normal de trabalho não ultrapassa 48 horas semanais. As horas extras não excedem 12 horas semanais.	

<p>2.5.4 Se forem necessárias horas-extras adicionais, as seguintes condições devem ser cumpridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Elas só ocorrem em períodos limitados de tempo (por exemplo, no pico da colheita, na época de plantio). b) Caso haja um sindicato ou organização representativa, as condições das horas extras são negociadas e acordadas com a organização. c) Quando não houver sindicato ou acordo com organização representativa, a média de horas de trabalho no período de dois meses após o início do período excepcional não deve exceder 60 horas semanais. 	
<p>2.5.5 As horas trabalhadas pelos funcionários são registradas pelo empregador.</p>	<p>Orientação 2.5.5-2.5.6</p> <p>Referência: Convenção 1 da OIT sobre Horas de Trabalho.</p>
<p>2.5.6 O trabalho extraordinário é sempre voluntário e pago de acordo com a lei ou com as normas do setor. Quando são necessárias horas extras de trabalho, os trabalhadores recebem notificação oportuna. Os trabalhadores têm direito a, pelo menos, um dia de folga a cada seis dias consecutivos de trabalho.</p>	
<p>2.5.7 Quanto à maternidade, as trabalhadoras assalariadas gozam de todos os direitos e proteções previstos nas práticas e leis nacionais. As trabalhadoras em licença maternidade têm o direito de regressar a seus postos de trabalho sob os mesmos termos e condições vigentes antes da licença. Elas não são sujeitas a qualquer tipo de discriminação, perda de posição ou redução salarial.</p>	
<p>2.5.8 Se os trabalhadores são pagos por resultados, um dia de trabalho normal de 8 horas possibilita que os trabalhadores (homens e mulheres) recebam, pelo menos, o salário mínimo definido nacionalmente ou pelo setor.</p>	
<p>2.5.9 Todos os funcionários recebem água potável na fazenda. Se os funcionários vivem na fazenda, eles também têm acesso a habitação e alimentos a preços acessíveis e adequados. Quando esses serviços são cobrados, os valores estão alinhados com as condições de mercado. Os alojamentos são seguros e dispõem, no mínimo, de saneamento básico.</p>	

Princípio 3

Relações Responsáveis com a Comunidade



	Orientação Princípio 3
<p>3.1 Há canais disponíveis para comunicação e diálogo com a comunidade local sobre temas relacionados às atividades da fazenda produtora de soja e seus impactos.</p>	<p>Orientação 3.1</p> <p>Os canais de comunicação devem usar idiomas locais e meios adequados (por exemplo, a Internet não é um mecanismo adequado de comunicação com comunidades que não têm acesso à web).</p> <p>Os requisitos de comunicação devem ser adequados para a identificação de quaisquer disputas com os usuários tradicionais das terras, conforme referido no Critério 3.2</p> <p>Nos casos em que ficar demonstrado que as pessoas na propriedade (ou ao lado dela) estão lá ilegalmente (por exemplo, posseiros), os produtores devem tentar estabelecer comunicação, mas não são obrigados manter um diálogo.</p> <p>As comunidades locais podem ser representadas por representantes legítimos em casos de comunicação ou negociação ou em situações de auditoria. Quando isto ocorrer, o produtor ou auditor não está isento da responsabilidade de comunicar-se com outros membros da comunidade - especialmente os pobres, analfabetos, jovens, mulheres ou grupos indígenas.</p> <p>É importante incluir entrevistas com membros da comunidade para avaliar a existência de canais de comunicação e sua adequação.</p>
<p>3.1.1 Há evidências documentais da existência dos canais de comunicação e de diálogo.</p>	<p>Orientação 3.1.1</p> <p>No caso das propriedades rurais de pequeno porte, não é necessária evidência documental - ela pode ser substituída por comprovação oral.</p>
<p>3.1.2 Os canais possibilitam a comunicação adequada entre o produtor e a comunidade.</p>	
<p>3.1.3 As comunidades locais foram informadas dos canais de comunicação.</p>	<p>Orientação 3.1.3</p> <p>As evidências de cumprimento deste indicador podem ser notificações apresentadas aos vizinhos e às comunidades locais adjacentes. Alguns exemplos (não exaustivos) de canais de comunicação: comunicação de informações a terceiros, incluindo a pessoa de contato na fazenda, o número de telefone e / ou e-mail, etc.).</p>

3.2 Em áreas com usuários tradicionais das terras, os usos conflitantes da terra são evitados ou resolvidos.	Orientação 3.2 <p>Ao se candidatarem à certificação, os produtores identificarão as comunidades locais e os usuários tradicionais da terra. Os usuários tradicionais da terra apresentarão comprovação razoável de que vêm exercendo o direito de uso ou acesso à área ou aos serviços ecossistêmicos derivados da área nos últimos dez anos, antes de maio de 2009. No caso de comunidades indígenas tradicionais, também se aplicam os artigos 14-18 da Convenção 169 da OIT.</p> <p>Os usuários tradicionais da terra podem ser representados por representantes legítimos para fins de comunicação, negociação ou auditoria. Quando isto ocorrer, o produtor ou auditor não está isento da responsabilidade de comunicar-se com outros membros da comunidade.</p>
3.2.1 Em caso de disputa relativa aos direitos de uso; é realizada uma avaliação abrangente, participativa e documentada dos direitos da comunidade.	Orientação 3.2.1 <p>A avaliação dos direitos da comunidade deve buscar:</p> <ul style="list-style-type: none">a) identificar os direitos e usos individuais e coletivos das comunidades locais e usuários tradicionais das terras; eb) identificar os usos dos recursos hídricos (se houver);c) identificar os locais e as condições paisagísticas necessárias para garantir o cumprimento desses direitos;d) identificar os locais / questões onde há conflitos entre os direitos de propriedade e os direitos de uso tradicional da terra e de serviços ecossistêmicos;e) encontrar uma solução para resolver possíveis conflitos no uso da terra e / ou chegar a um acordo quanto à proposta de compensação. <p>Sempre que houver decisões transitadas em julgado, os termos da decisão serão respeitados. Caso ocorra um processo contencioso, enquanto ele estiver <i>sub judice</i> (em litígio, pendente de decisão), isso não impedirá o acesso à certificação, desde que sejam observadas as orientações determinadas pelo juiz. Na ausência de tais orientações, os usuários tradicionais das</p>

	terras poderão continuar a exercer os seus direitos até que o caso seja resolvido.
3.2.2 Nos casos em que os usuários tradicionais das terras abrem mão de seus direitos, há evidências documentais de que as comunidades afetadas receberam compensação e deram consentimento livre, prévio, informado e documentado.	
3.2.3 Os produtores devem respeitar os direitos, costumes e culturas dos povos indígenas, nos termos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e da Convenção 169 da OIT (1989).	
3.2.4 Locais de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais e dos povos indígenas (de subsistência, saúde, nutrição, água, etc.) devem ser identificados claramente em conjunto com os grupos em questão, bem como reconhecidos e protegidos pelos gestores de fazenda.	
<p>3.3 Um mecanismo de reclamações e queixas está implantado e é acessível à comunidade local, os funcionários e aos usuários tradicionais das terras.</p> <p>Nota: Na certificação grupal, o mecanismo de queixas e reclamações pode ser administrado pelo gestor do grupo e os registros das queixas e reclamações podem ser mantidos para o grupo como um todo.</p>	<p>Orientação 3.3</p> <p>As entrevistas com membros das comunidades locais são importantes para verificar o cumprimento deste critério.</p>
3.3.1 O canal de queixas e reclamações é de conhecimento geral e acessível às comunidades e funcionários.	
3.3.2 As evidências documentais sobre as reclamações e queixas são recebidas e mantidas.	
3.3.3 Todas as reclamações e queixas recebidas são tratadas adequadamente e em tempo hábil.	<p>Orientação 3.3.3</p> <p>Se o produtor receber uma reclamação, ele é obrigado a enviar uma resposta no prazo de 30 dias do recebimento da reclamação para acusar seu recebimento e / ou começar a resolver a questão.</p>
<p>3.4 São oferecidas oportunidades justas de emprego e fornecimento de bens e serviços à população local, independentemente de sexo ou raça.</p>	
3.4.1 As oportunidades de emprego são divulgadas localmente.	<p>Orientação 3.4.1</p> <p>As evidências podem incluir registros sobre a proporção de funcionários locais empregados na fazenda.</p>

<p>3.4.2 Sempre que possível, há colaboração com programas de formação direcionados à população local.</p> <p>Nota: As fazendas de pequeno porte podem participar de programas de formação, caso eles existam. No caso dos grupos, a colaboração com programas de formação pode ocorrer em nível grupal.</p>	<p>Orientação 3.4.2</p> <p>Se não for possível aplicar este indicador, deve ser apresentada uma justificativa ao auditor.</p>
<p>3.4.3 Oportunidades relativas à oferta de bens e serviços são oferecidas à população local.</p>	<p>Orientação 3.4.3</p> <p>Refere-se aos bens e serviços centrais às atividades de produção.</p> <p>As evidências incluem orçamentos de serviços recebidos de fornecedores locais.</p>

Princípio 4

Responsabilidade Ambiental



Orientação Princípio 4	
<p>4.1 Os impactos sociais e ambientais dentro e fora do local foram avaliados e foram tomadas as medidas adequadas para minimizar e mitigar quaisquer impactos negativos.</p> <p>Nota: Na certificação grupal de pequenas fazendas, os Indicadores 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4 e 4.1.5 podem fazer parte do SCI em nível grupal e também podem ser cumpridos em grupo.</p>	<p>Orientação 4.1</p> <p>A avaliação deve ser adequada à escala da operação.</p> <p>Na certificação grupal de pequenos produtores, grupos distintos localizados em áreas semelhantes e que enfrentam questões semelhantes podem trocar informações ao preparar e / ou realizar a avaliação. No entanto, os relatórios devem ser elaborados para o grupo como um todo.</p> <p>Se houver requisitos nacionais referentes às avaliações de impacto e adequados ao cumprimento deste Critério (identificados pelo GTN), estes requisitos devem ser seguidos. Quando não houver requisitos nacionais, os auditores devem verificar se foi seguido um processo adequado (por exemplo, "o Procedimento de Avaliação Ambiental e Social dos Princípios do Equador").</p>
4.1.1 É realizada uma avaliação social e ambiental inicial antes da primeira auditoria de certificação ¹ (ver também o Indicador 1.3.1).	<p>Orientação 4.1.1</p> <p>Esta avaliação deve identificar as espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo (ver também Indicador 4.5.3).</p>
4.1.2 A avaliação é realizada por uma pessoa adequadamente treinada e experiente nesta tarefa.	
4.1.3 A avaliação é realizada de forma abrangente e transparente.	
4.1.4 As medidas para minimizar ou mitigar os impactos identificados pela avaliação estão sendo documentadas, implementadas e monitoradas.	
4.1.5 Um resumo do relatório de avaliação social e ambiental deve ser disponibilizado mediante solicitação.	
<p>4.2 A poluição é minimizada e os resíduos da produção são geridos de forma responsável.</p> <p>Nota: O uso e o descarte de produtos químicos são tratados no âmbito do Princípio 5.</p>	

¹ No caso de produtores certificados, esta avaliação é realizada antes da próxima auditoria de vigilância ou de re-certificação (a que ocorrer primeiro).

<p>4.2.1 Não há queimadas em qualquer parte da propriedade, seja de resíduos vegetais, dejetos ou para a limpeza da vegetação, exceto sob uma das seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Quando existir a obrigação legal de realizar-se a queimada como medida sanitária; b) Para a geração de energia, incluindo a produção de carvão mineral e a secagem de culturas; c) Quando só restar vegetação residual de calibre pequeno depois da limpeza da vegetação e da remoção de todo o material útil para outras finalidades. 	
<p>4.2.2 O armazenamento e eliminação de combustíveis, baterias, pneus, lubrificantes, esgoto e outros resíduos são adequados.</p>	
<p>4.2.3 Há estruturas adequadas para evitar derramamentos de óleo² e outros poluentes.</p>	
<p>4.2.4 O reuso e a reciclagem ocorrem sempre que possível.</p>	
<p>4.2.5 Existe um plano de gestão de resíduos, incluindo todas as áreas da propriedade.</p>	<p>Orientação 4.2.5</p> <p>No caso de grandes e médios produtores, isto deve ser documentado. Nas fazendas de pequeno porte ou familiares, os produtores só precisam saber quais resíduos são gerados em suas propriedades e o que é feito com cada um deles.</p>
<p>4.3 Há esforços para reduzir as emissões e aumentar o sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE) na fazenda.</p> <p>Nota: Outras questões relevantes às emissões de GEE são abordadas em outros princípios, incluindo: Uso de fertilizantes (Critério 5.5), Mudança no uso da terra (Critério 4.4).</p>	
<p>4.3.1 É registrado o uso total e direto de combustíveis fósseis ao longo do tempo; o volume por hectare e por unidade de produto é monitorado em todas as atividades relacionadas à produção de soja.</p>	<p>Orientação 4.3.1</p> <p>Em fazendas produtoras de diversas culturas, deve ser feita uma estimativa do uso de combustíveis fósseis na produção da soja.</p> <p>As 'atividades relacionadas à produção de soja' incluem: operações de campo e transporte na fazenda, realizadas tanto pelo produtor como por terceiros.</p>

² 'Óleo' refere-se a óleo de motor.

<p>4.3.2 Se ocorre um aumento da intensidade do uso de combustíveis fósseis, esse aumento é justificado. Se não houver justificativa, existe um plano de ação para reduzir o uso.</p> <p>Nota: Na certificação grupal de pequenos produtores, os Indicadores 4.3.1 e 4.3.2 podem fazer parte do SCI em nível de grupo.</p>	<p>Orientação 4.3.2</p> <p>Podem ocorrer oscilações anuais na intensidade do uso de combustíveis fósseis, devido a variações naturais de produtividade. Essa tendência deve ser monitorada por um período de vários anos.</p> <p>Um exemplo de justificativa do aumento da intensidade do uso de combustíveis fósseis pode ser quando uma plantação é perdida devido à seca e precisa ser reiniciada.</p> <p>O uso de energias renováveis (biocombustíveis, biogás, energia solar e eólica etc.) é incentivado na fazenda. No caso da substituição da eletricidade por energias renováveis, deve ser quantificada a economia equivalente ao uso de combustíveis fósseis.</p>
<p>4.3.3 A matéria orgânica no solo é monitorada para quantificar as mudanças do carbono no solo; são tomadas medidas para melhorar ou, no mínimo, mitigar as tendências negativas.</p> <p>Nota sobre 4.3.3: no caso de pequenos produtores individuais, o cumprimento do Critério 5.3 é considerado suficiente. Na Certificação Grupal de pequenos produtores, deve ser realizado o monitoramento do carbono no solo, o que pode ser feito por meio de amostras.</p>	
<p>4.3.4 São identificadas e, quando possível, implementadas oportunidades de aumentar-se o sequestro de carbono através da restauração da vegetação nativa, de plantações florestais e outros meios.</p>	<p>Orientação 4.3.4</p> <p>Se os produtores não puderem implementar as oportunidades identificadas para aumentar o sequestro de carbono, deve ser apresentada uma justificativa ao auditor.</p>
<p>4.4 A expansão do cultivo de soja é responsável.</p>	<p>Orientación 4.4 para Órgãos de Certificação</p> <p>Requisitos de coleta de dados para regimes futuros de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): A data de cadastro do produtor para fins de certificação é registrada pelo Órgão de Certificação. Durante a auditoria de certificação, é registrada a área e os tipos de vegetação de todas as reservas voluntárias de vegetação nativa (que vão além das exigências legais). Depois da certificação, os detalhes sobre a data de cadastro para fins de certificação e a área e o tipo de vegetação das reservas voluntárias são inseridos em um cadastro da RTRS. Quando a RTRS elabora um regime de PSA, os pagamentos ficam disponíveis retroativamente à data do registo.</p>

<p>4.4.1 A partir de maio de 2009, não houve limpeza ou conversão das seguintes áreas:</p> <p>4.4.1.a Quando houver mapas RTRS disponíveis: todas as áreas incluídas na Categoria 1 dos mapas³.</p> <p>4.4.1.b Quando não houver mapas RTRS disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) florestas nativas; b) matas ciliares; c) zonas úmidas naturais; d) encostas íngremes; e) zonas designadas por lei para servir o objetivo de conservação nativa e / ou proteção cultural e social. <p>4.4.1.c Quando houver reivindicações não-resolvidas sobre o uso da terra por parte dos usuários tradicionais da terra em litígio, sem acordo entre as partes.</p>	<p>Orientação 4.4.1.c</p> <p>Os usuários tradicionais da terra apresentarão provas razoáveis de que vêm exercendo o uso ou o acesso à área da propriedade durante os 10 anos anteriores a maio de 2009.</p>
<p>4.4.2 Depois de 3 de junho de 2016, não é permitida qualquer conversão de terras naturais (ver Glossário) ou encostas íngremes e em áreas designadas por lei para servir o objetivo de conservação nativa e / ou proteção cultural e social.</p>	
<p>4.5 A biodiversidade da fazenda é mantida e resguardada através da preservação da vegetação nativa.</p>	
<p>4.5.1 Existe um mapa da fazenda indicando a vegetação nativa, as áreas de produção e os cursos d'água (ver 5.2.1).</p>	<p>Orientação 4.5.1</p> <p>O mapa e o plano devem ser adequados ao tamanho da operação.</p> <p>Na certificação grupal, o gestor do grupo pode manter o mapa centralmente e pode ser responsável por manter e desenvolver um plano de conservação.</p>

³ Ver Anexo 4.

<p>4.5.2 Existe um plano em implementação e monitoramento para garantir que a vegetação nativa e a vida silvestre sejam mantidas.</p>	<p>Orientação 4.5.2</p> <p>O plano deve incluir, no mínimo, o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação da vegetação nativa e da vida silvestre existentes na fazenda.• Indicadores e linha de base do estado da vegetação nativa e da vida silvestre.• Medidas para preservar a vegetação nativa e a vida silvestre.• Monitoramento. <p>O Anexo 5 exemplifica a elaboração de um plano para esse indicador.</p>
<p>4.5.3 As espécies raras, ameaçadas ou em perigo presentes permanentemente ou temporariamente na propriedade estão protegidas. A caça ou coleta dessas espécies não é permitida.</p>	
<p>4.5.4 Nas fazendas com menos de 10% de vegetação nativa (mas em conformidade com 4.4 e 5.2, bem como outros indicadores relacionados), os produtores devem de implementar e promover atividades de conservação dentro, fora ou ao redor da fazenda para incentivar a vida silvestre e a restauração da vegetação nativa.</p>	<p>Orientação 4.5.4</p> <p>Algumas atividades que os produtores podem realizar para cumprir com este indicador são mais não estão limitadas as seguintes: deixar corredores ou restaurar fronteiras cercadas ou caminhos, restaurar áreas degradadas ou improdutivas, apoiar atividades de conservação ou restauração fora dos limites da fazenda (porém relacionadas à fauna local e à vegetação nativa). Este apoio pode ser oferecido através de financiamento ou do fornecimento de recursos, materiais, pessoal, etc.</p> <p>Os produtores podem criar grupos para cumprir esse indicador. Os produtores podem organizar atividades em conjunto a fim de promover atividades de conservação dentro, fora ou em torno da fazenda.</p>

Princípio 5

Boas Práticas Agrícolas



	Orientação Princípio 5
5.1 A qualidade e a oferta de águas superficiais e subterrâneas são mantidas ou melhoradas.	
5.1.1 Boas práticas agrícolas são implementadas para promover a recarga do aquífero e minimizar os impactos difusos e localizados de resíduos químicos, fertilizantes, erosão ou outras fontes sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	
5.1.2 Existe um plano que inclui medidas de monitoramento e mitigação de acordo com os riscos identificados e o plano é aplicável à escala.	Orientação 5.1.2 Se for o caso, deve haver o monitoramento de parâmetros como pH, temperatura, oxigênio dissolvido, turbidez e condutividade elétrica. O monitoramento deve ser considerado em nível de bacia hidrográfica. Onde houver poços, eles devem ser utilizados para monitorar as águas subterrâneas.
5.1.3 Qualquer evidência direta de contaminação localizada de águas subterrâneas ou de superfície é relatada e monitorada em colaboração com as autoridades locais.	
5.1.4 Onde houver irrigação, existe um procedimento documentado referente à aplicação das melhores práticas e cumprimento da legislação. Nota: Na certificação grupal de pequenas fazendas - quando a irrigação é usada com culturas que não a soja, mas não é realizada de acordo com as melhores práticas - existe um plano em vigor para melhorar as práticas. O gestor do grupo é responsável pela documentação.	Orientação 5.1.4 Quando houver irrigação, devem ser considerados outros usos potenciais - como o uso doméstico ou uso em outras culturas alimentares. Se faltar água, o consumo humano terá prioridade. Nos novos sistemas de irrigação, é necessária uma avaliação de impacto ambiental.
5.2 As áreas de vegetação natural em volta de nascentes e ao longo cursos naturais de água são mantidas ou restabelecidas.	
5.2.1 As localizações de todos os cursos de água foram identificadas e mapeadas, inclusive a situação da vegetação ciliar.	
5.2.2 Nas áreas ciliares de onde a vegetação natural foi removida, existe um plano em vias de implementação com um cronograma de restauração.	

<p>5.2.3 As áreas úmidas naturais não são drenadas e a vegetação nativa é mantida.</p>	<p>Orientação 5.2.3</p> <p>A data-limite para as zonas úmidas naturais é maio de 2009.</p> <p>Na certificação grupal de pequenos produtores, os gestores dos grupos podem manter os mapas centralmente e podem ser responsáveis por manter e desenvolver planos de restauração.</p>
<p>5.3 A qualidade do solo é mantida ou melhorada e a erosão é evitada através de boas práticas de manejo.</p> <p>Nota: Na certificação grupal de pequenos produtores, o monitoramento da fertilidade e da qualidade do solo deve fazer parte do sistema de controle interno e pode ser realizado de forma amostral no grupo.</p>	
<p>5.3.1 Já ocorre o monitoramento adequado da qualidade do solo, incluindo a coleta de amostras (matéria orgânica do solo) para avaliação da fertilidade.</p>	<p>Orientação 5.3.1</p> <p>Identificar indicadores adequados para fins de monitoramento, que devem basear-se nas principais questões relativas ao tipo de produção e à região. Sejam quais forem os indicadores de monitoramento, eles devem ser simples e produzir informações confiáveis. Algumas sugestões incluem: Análise de matéria orgânica, total de nitrogênio (N) (o total de N pode ser estimado em 5% da matéria orgânica), fósforo (P), pH, condutividade elétrica, medição de resíduos de superfície (qualidade e quantidade 30 dias antes da data média de semeio, com tolerância de +/- 10 dias).</p>
<p>5.3.2 O conhecimento de técnicas para preservar a qualidade (física, química e biológica) do solo é demonstrado e essas técnicas estão implementadas.</p>	<p>Orientação 5.3.2</p> <p>As técnicas de manutenção da qualidade do solo podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura de conservação. • Rotação de culturas. • Fertilização equilibrada. <p>As técnicas de controle da erosão do solo podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão das estradas dentro da fazenda. • Gestão das áreas inclinadas. • Manutenção da cobertura permanente do solo. • Plantio direto.
<p>5.3.3 O conhecimento das técnicas de controle da erosão do solo é demonstrado e essas técnicas são implementadas adequadamente.</p>	

<p>5.3.4 Deverá ser elaborado um plano de rotação de culturas para evitar o plantio de soja imediatamente sobre soja e possibilitar um intervalo de tempo no campo em questão.</p> <p>Durante esse intervalo, deve ocorrer o cultivo de uma segunda cultura ou pastagem, ou, no mínimo, a terra deve ser deixada em pousio ou sob cobertura vegetal para regenerar.</p> <p>Este plano deve considerar a adaptação às condições climáticas e agroecológicas específicas da região.</p>	
<p>5.4 Os impactos negativos de produtos fitossanitários sobre o meio ambiente e a saúde são reduzidos pela aplicação de técnicas sistemáticas e reconhecidas de Manejo Integrado de Culturas (MIC).</p> <p>Nota: Veja o Anexo 6 para mais informações sobre a MIC.</p>	<p>Orientação 5.4</p> <p>Levar em conta a escala e o contexto, especialmente nas fazendas de pequeno porte - isto diz respeito tanto ao nível esperado de MIC quanto aos registros mantidos.</p>
<p>5.4.1 Existe um plano de MIC documentado e implementado que aborda o uso da prevenção e outros controles biológicos, não-químicos ou químicos seletos.</p> <p>Nota: Na certificação grupal de pequenas propriedades (particularmente onde as pessoas não são alfabetizadas), o desenvolvimento e a documentação do plano de MIC ficam a cargo do gestor do grupo, bem como o apoio à implementação.</p>	
<p>5.4.2 Existe um plano em vigor que contém metas de redução de produtos fitossanitários potencialmente prejudiciais ao longo do tempo.</p>	<p>Orientação 5.4.2</p> <p>Os parâmetros monitorados incluem o número de aplicações de produtos fitossanitários por safra, volume de produtos fitossanitários utilizados por hectare e classe toxicológica do produto.</p> <p>Para os fins deste Critério, os níveis de dano potencial de um produto fitossanitário podem ser determinados a partir de sua classificação pela OMS.</p> <p>Quando as metas não são atingidas, são apresentadas justificativas na forma de evidências documentais.</p>
<p>5.4.3 Devem ser utilizados apenas os produtos agroquímicos originais e genuínos que atendem aos requisitos locais de registro, para prevenir riscos para os agricultores, os consumidores e o meio-ambiente.</p>	

<p>5.4.4 O uso de produtos agroquímicos segue as exigências legais e recomendações profissionais (ou, se não houver recomendações profissionais disponíveis, as recomendações do fabricante) e inclui a rotatividade dos princípios ativos para evitar a criação de resistência.</p>	<p>Orientação 5.4.4</p> <p>As leis locais e nacionais devem ser levadas em consideração.</p>
<p>5.4.5 Há registros do monitoramento de pragas, doenças, ervas daninhas e predadores naturais.</p> <p>Nota: Na certificação grupal de pequenos agricultores, os registros podem ser incluídos no SCI referentes ao grupo como um todo.</p>	
<p>5.5 Toda aplicação de agroquímicos⁴ é documentada e há monitoramento de todo o armazenamento, manuseio, coleta e descarte de resíduos químicos e embalagens vazias para garantir a conformidade com as boas práticas.</p>	
<p>5.5.1 Existem registros do uso de agroquímicos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) os produtos comprados e aplicados, as quantidades e as datas; b) a identificação da área onde a aplicação foi realizada; c) os nomes das pessoas que fizeram a preparação dos produtos e a aplicação em campo; d) a identificação do equipamento de aplicação utilizado; e) as condições meteorológicas durante a aplicação. 	<p>Orientação 5.5.1</p> <p>Os registros são mantidos durante, pelo menos, 5 anos. Isto não se aplica aos registros de anos anteriores à certificação.</p> <p>A escala e o contexto devem ser levados em conta, principalmente nas fazendas de pequeno porte. Certas exceções podem ser abertas (por exemplo, quanto à manutenção de faturas) para as pequenas fazendas de um grupo, desde que o grupo disponha de um mecanismo para garantir o cumprimento do Critério.</p>
<p>5.5.2 Os recipientes são devidamente armazenados, lavados e descartados; dejetos e resíduos de agroquímicos são descartados de modo ambientalmente adequado.</p>	<p>Orientação 5.5.2</p> <p>A lavagem dos recipientes deve ser realizada de acordo com os princípios da tripla lavagem (incluindo a reutilização da água de lavagem no tanque de mistura) ou através de técnicas de alta pressão associadas à aplicação mecânica.</p>
<p>5.5.3 O transporte e o armazenamento de agroquímicos são realizados de forma segura e são tomadas todas as devidas precauções relativas à saúde, meio ambiente e segurança.</p>	<p>Orientação 5.5.3</p> <p>As áreas utilizadas no armazenamento e distribuição de agroquímicos e substâncias inflamáveis e tóxicas são projetadas, construídas e equipadas para reduzir os</p>

⁴ Nota: O termo 'agroquímicos' refere-se a todos os produtos químicos utilizados, incluindo fertilizantes e pesticidas.

	<p>riscos de acidentes e os impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Algumas sugestões para reduzir o risco de acidentes e impactos negativos são: acesso restrito, piso impermeável, área de armazenamento, barreira de contenção, fichas de segurança, instruções em caso de acidentes, equipamentos de proteção, extintores de incêndio, primeiros socorros, elementos de derramamento, ventilação mínima e / ou forçada, limpeza, separação de sementes, fertilizantes e produtos.</p> <p>Os requisitos legais devem ser seguidos nas fazendas de todos os portes.</p>
5.5.4 São tomadas as precauções necessárias para evitar a entrada de pessoas em áreas recentemente pulverizadas.	
5.5.5 Os fertilizantes são usados de acordo com as recomendações profissionais (fornecidas pelos fabricantes sempre que não houver outras recomendações profissionais disponíveis).	
5.6 Uso Responsável de Agroquímicos.	
5.6.1 Os agroquímicos listados nas Convenções de Estocolmo e Roterdã não são utilizados.	
<p>5.6.2 O uso de Paraquat e Carbofuran será abolido até junho de 2017.</p> <p>Nota sobre 5.6.2: O prazo para a proibição do uso do Paraquat é junho de 2017. Este prazo pode ser prorrogado pela RTRS se forem apresentadas à RTRS provas suficientes antes de junho de 2016 que demonstrem que, no momento, ainda não existem alternativas no mercado (global ou local) que possam substituí-lo com menos riscos ambientais e humanos a custos semelhantes.</p>	
5.6.3 Durante este período de eliminação gradual, o uso de Carbofuran e Paraquat deve ser controlado e, se possível, reduzido de acordo com um Plano de Manejo Integrado de Culturas (MIC) elaborado pelo produtor, delineando em que circunstâncias específicas o uso do Paraquat e do Carbofuran é permitido.	
5.7 O uso de agentes de controle biológico é documentado, monitorado e controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos aceitos internacionalmente.	<p>Orientação 5.7</p> <p>Os registros de uso de agentes de controle biológico devem ser usados como prova de conformidade com este critério.</p>

5.7.1 Existem informações sobre os requisitos de uso de agentes de controle biológico.	
5.7.2 São mantidos registros de todo o uso de agentes de controle biológico, demonstrando conformidade com as leis nacionais.	<p>Orientação 5.7.2</p> <p>A escala e o contexto devem ser levados em conta, principalmente nas pequenas fazendas.</p>
5.8 Medidas sistemáticas são planejadas e implementadas para monitorar, controlar e minimizar a proliferação de novas pragas e espécies invasoras introduzidas.	
5.8.1 Em casos onde há sistemas institucionais destinados a identificar e monitorar novas pragas e espécies invasoras introduzidas, ou grandes surtos de pragas existentes, os produtores seguem as exigências desses sistemas para minimizar sua proliferação.	
<p>5.8.2 Nos casos em que não há tais sistemas, as incidências de novas pragas ou espécies invasoras e grandes surtos de pragas existentes são comunicados às autoridades competentes e às organizações de produtores ou órgãos de pesquisa relevantes.</p> <p>Nota: Na certificação grupal, o gestor do grupo é responsável pela comunicação com as autoridades e organizações relevantes.</p>	
5.9 Medidas adequadas são implantadas para evitar a deriva de agroquímicos para áreas vizinhas.	
5.9.1 Existem procedimentos documentados que especificam as boas práticas agrícolas relativas à aplicação de agroquímicos - incluindo a minimização da deriva - e estes procedimentos são implementados.	<p>Orientação 5.9.1</p> <p>Os fatores que influenciam a deriva incluem, entre outros, a velocidade e a direção do vento, a temperatura, os equipamentos utilizados e a topografia.</p>
5.9.2 São mantidos registros das condições climáticas (velocidade e direção do vento, temperatura e umidade relativa) durante as operações de pulverização.	<p>Orientação 5.9.1- 5.9.2</p> <p>Os requisitos referentes às pequenas fazendas devem ser adequados à escala e ao contexto.</p> <p>Na certificação grupal de pequenas fazendas - os gestores do grupo podem fornecer procedimentos documentados e manter registros das condições climáticas.</p>

<p>5.9.3 A aplicação aérea de pesticidas é realizada de tal maneira que não tenha impacto sobre áreas povoadas. Todas as aplicações aéreas são precedidas de notificações aos residentes dentro de um raio de 500m da aplicação planejada.</p> <p>Nota: O termo 'áreas povoadas' significa qualquer casa, escritório ou outra edificação ocupada.</p>	
<p>5.9.4 Não ocorre aplicação aérea de agroquímicos nas Classes Ia, Ib e II da OMS dentro de um raio de 500m de áreas povoadas ou corpos d'água.</p>	
<p>5.9.5 Não ocorre aplicação de pesticidas dentro de um raio de 30m de áreas povoadas ou corpos d'água.</p> <p>Nota: O termo "corpos d'água" inclui, mas não se limita a, cursos d'água, rios intermitentes, rios, córregos, lagoas, nascentes, lagos, reservatórios e valas (ver o Glossário).</p>	<p>Orientação 5.9.5</p> <p>Pode ser aberta uma exceção para a aplicação manual de produtos químicos não classificados como Ia, Ib, II pela OMS, ou se forem tomadas as medidas adequadas para impedir a deriva (por exemplo, uso de aplicador costal com escudos) e se permitido por lei e pelas recomendações do fabricante.</p>
<p>5.10 São implementadas as medidas apropriadas para possibilitar a coexistência de sistemas de produção distintos.</p>	
<p>5.10.1 São tomadas medidas para evitar a interferência nos sistemas de produção das áreas vizinhas.</p>	<p>Orientação 5.10.1</p> <p>Sempre que é introduzida uma mudança nas práticas de produção de soja que possa impactar os sistemas vizinhos de produção, o produtor responsável pela mudança deve implementar uma faixa de amortecimento (<i>buffer</i>) de 30 m (por exemplo, em áreas onde a produção costuma ser GM, cabe ao agricultor orgânico ou não-GM manter a zona de amortecimento em torno de sua produção. Nas áreas com produção principalmente não-GM ou orgânica, os agricultores que plantam culturas GM ou usam produtos químicos devem manter uma faixa de amortecimento).</p> <p>Em países ou regiões onde já está provado que uma faixa de amortecimento menor que 30 metros é suficiente para prevenir a contaminação e preservar a pureza dos sistemas vizinhos, a faixa de amortecimento poderá ser menor e definida de acordo com as práticas nacionais.</p>
<p>5.11 A origem das sementes é controlada para melhorar a produção e prevenir a introdução de novas doenças.</p>	

5.11.1 Todas as sementes compradas devem vir de fontes de qualidade legalmente conhecidas.	
5.11.2 Podem ser usadas sementes auto propagadas, desde que as normas adequadas de produção das sementes sejam seguidas e os requisitos legais referentes aos direitos de propriedade intelectual sejam cumpridos.	

Anexo 1 – Requisitos da Cadeia de Custódia para os Produtores



Todo produtor de soja certificado que faça declarações de certificação RTRS sobre a soja fornecida **deve** atender a estes requisitos adicionais.

1. Escopo.

1.1. Aplicabilidade dos Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para os Produtores.

- 1.1.1. Os Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para os Produtores aplicam-se a qualquer organização que cultive soja e faça declarações de certificação RTRS sobre a soja fornecida.
- 1.1.2. As organizações produtoras de soja que também comprem e manuseiam soja cultivada por terceiros devem aplicar os Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para a Cadeia de Suprimentos em vez dos Requisitos Gerais do Sistema de Cadeia de Custódia para os Produtores.

2. Manuseio de Materiais Certificados pela RTRS.

2.1. Identificação de Produtos Produzidos.

2.1.1. A organização deve garantir que todas as faturas⁵ emitidas - e referentes à soja fornecida com declarações de certificação RTRS - incluam as seguintes informações:

- Identificação da organização (por exemplo, nome, endereço, outras informações relevantes).
- Identificação do consumidor (por exemplo, nome, endereço, outras informações relevantes).
- Data de emissão do documento.
- Descrição do produto.
- Quantidade de produto vendido.
- O número do certificado de Cadeia de Custódia RTRS da organização.

2.1.2. No caso da emissão de documentos de transporte distintos, deve haver informações suficientes para vincular a fatura à documentação de transporte.

2.1.3. A organização deve incluir as mesmas informações exigidas na cláusula 2.1.1 na devida documentação de transporte, se a fatura (ou cópia) não estiver incluída com o produto no envio.

2.2. Resumos de volumes.

2.2.1. A organização deve elaborar resumos anuais dos volumes de soja certificada RTRS colhida e fornecida aos consumidores.

2.3. Registros.

2.3.1. A organização deve manter registros completos e atualizados, incluindo todos os requisitos aplicáveis dos Requisitos da Cadeia de Custódia para os Produtores.

2.3.2. A organização deve implementar um sistema de gestão de registros para todos os registros e relatórios, incluindo documentos de compra e venda, registros de treinamento, registros de produção e resumos de volumes. O período de retenção dos registros deve ser especificado pela organização e não deve ser inferior a cinco (5) anos.

2.4. Produtos fornecidos com declarações de certificação RTRS.

2.4.1. A organização deverá assegurar que os produtos certificados pela RTRS sejam sempre fornecidos acompanhados da declaração RTRS correspondente em sua documentação de venda e transporte, conforme estabelece a Política de Comunicação e Declarações da RTRS.

⁵ Faturas: inclui qualquer outro documento de suporte que acompanha a comercialização.

Anexo 2

Lista de Acrônimos

AAVC	Área de Alto Valor de Conservação.
AVC	Alto Valor de Conservação.
GM	Geneticamente Modificado (a).
GTI	Grupo Técnico Internacional.
GTN	Grupo Técnico Nacional.
MIC	Manejo Integrado de Culturas.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONG	Organização Não-Governamental.
PSA	Pagamentos por Serviços Ambientais.
P&C	Princípios e Critérios.
RTRS	Associação Internacional de Soja Responsável.
SA8000	Padrão internacional da Social Accountability International (SAI) sobre os direitos dos trabalhadores, condições de trabalho e sistemas de gestão.

Anexo 3

Glossário de Termos

Avaliação Social e Ambiental dos Princípios do Equador

Uma avaliação que determina os impactos e riscos sociais e ambientais (incluindo trabalho, saúde e segurança) de um projeto proposto em sua área de influência. É uma avaliação e apresentação adequada, precisa e objetiva das questões, e pode ser preparada pelo produtor, por consultores ou por peritos externos. A avaliação deve também propor medidas de mitigação e gestão pertinentes e adequadas à natureza e escala do projeto proposto. Veja o Princípio 2 e o Anexo II dos Princípios do Equador, em www.equator-principles.com, para mais detalhes.

Altos Valores de Conservação

Um AVC é um valor biológico, ecológico, social ou cultural de significância excepcional ou importância crítica. Há seis categorias de AVC.

HCV1. Concentrações de diversidade biológica - incluindo espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo - de significância global, regional ou nacional.

HCV2. Paisagens florestais intactas, grandes ecossistemas florestais em nível de paisagem e mosaicos de ecossistemas de significância global, regional ou nacional e que contenham populações viáveis da maioria das espécies que ocorrem naturalmente em padrões naturais de distribuição e abundância.

HCV3. Habitats, refúgios ou ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo.

HCV4. Serviços ecossistêmicos básicos em situação crítica, incluindo a proteção de captações de água e o controle da erosão de solos e encostas vulneráveis.

HCV5. Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais ou povos indígenas (meios de sustento, saúde, nutrição, água, etc.) identificados através do engajamento com tais comunidades ou povos indígenas.

HCV6. Locais, recursos, habitats e paisagens de importância cultural, arqueológica ou histórica em nível global ou nacional e / ou de crítica importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa / sagrada para a identidade cultural tradicional de comunidades locais ou povos indígenas, identificados através do engajamento com as comunidades locais ou povos indígenas.

Arrendatários

Um tipo de agricultor locatário que recebe autorização do proprietário para usar a terra em troca de uma parcela das culturas produzidas naquela terra.

Comunidades Locais

Grupos de pessoas e famílias que trabalham ou vivem legitimamente na propriedade a ser certificada, próximos a ela ou entre as propriedades - no caso da certificação multi-site ou grupal - e que são influenciados pelas atividades da propriedade ou as influenciam.

Controle Biológico

Um método de controle de pragas que depende de predação, parasitismo, herbivoria ou outros mecanismos naturais ao invés de agroquímicos.

Critérios	O "conteúdo" de um padrão. As condições que precisam ser atendidas para cumprir um Princípio.
Declarações (de certificação) RTRS	O texto usado para comunicar que determinado produto foi certificado pela RTRS. As declarações RTRS mudam dependendo do Sistema de Cadeia de Custódia específico usado pela organização, conforme estabelece a Política de Comunicação e Declarações da RTRS.
Empresa	Uma organização que goza de controle operacional, incluindo o direito de administrar e implementar mudanças no site e a responsabilidade pela gestão e execução de sistemas operacionais. Isso pode incluir, por exemplo, pessoas jurídicas e suas subsidiárias majoritárias ou <i>joint ventures</i> .
Espécie Endêmica	Espécie encontrada exclusivamente em determinada região ou local e não encontrada naturalmente em qualquer outro local.
Fazenda Familiar (ou propriedade agrícola familiar)	Uma fazenda pertencente, em sua maioria, a uma família, e dedicada à produção de soja e, às vezes, de outras culturas simultaneamente, onde a própria família fornece a maior parte da mão de obra. Nesses casos, a fazenda constitui a principal fonte de renda. O trabalho infantil é aceito em fazendas familiares, sob a supervisão de adultos; quando não interfere com programas educativos; quando as crianças fazem parte da família e não estão expostas a condições perigosas de trabalho.
Floresta	Ver Floresta Nativa.
Floresta Nativa	Áreas de vegetação nativa de 1ha ou mais com copado de mais de 35% e algumas árvores (ao menos 10 árvores por hectare) chegando a 10m de altura (ou capazes de alcançar esse tamanho in situ (ou seja, naquela combinação de solo / clima).
Indicadores	O nível "operacional" de um padrão, expresso em declarações mensuráveis que possibilitem a avaliação de conformidade. Dados, informações ou indicador usado como base nas comparações.
Linha de base	Dados, informações ou indicador usado como base nas comparações.
Manejo Integrado de Culturas	Um sistema de produção de culturas que conserva e aprimora os recursos naturais, produzindo a cultura sobre uma base economicamente viável e sustentável. Uma estratégia de longo prazo para a fazenda inteira, incorporando novas tecnologias e conhecimentos e práticas tradicionais. Veja o Anexo 6 para mais detalhes.
Material Produzido	Soja, produtos derivados da soja ou subprodutos de soja fornecidos aos consumidores pela organização. Isso também pode incluir produtos que contêm soja.
Melhoria Contínua	Processo contínuo de melhoria do desempenho através da definição de objetivos, uso de monitoramento, resultados de auditoria e revisões administrativas; análise de informações e implementação de ações corretivas e preventivas.
Os Princípios do Equador	Uma referência no setor financeiro desenvolvida por bancos privados para determinar, avaliar e gerir os riscos sociais e ambientais do financiamento de projetos. Os princípios valem para todos os financiamentos de novos projetos ao redor do mundo com custos totais de capital de US\$ 10 milhões ou mais, em todos os setores da

	indústria.
Padrão	Os padrões são documentos que contêm as especificações técnicas ou outros critérios precisos que são usados como regras ou orientações e compõem as exigências a serem cumpridas.
Pesticidas	Os pesticidas incluem herbicidas, fungicidas, raticidas e inseticidas.
Plantio Direto	Um tipo interanual de lavoura de culturas sem perturbar o solo com aragem. É conhecida, em inglês, como <i>no-tillage</i> , <i>direct drilling</i> , <i>zero tillage</i> ou <i>conservation tillage</i> .
Princípios	O nível de 'intenção' do padrão, expresso na forma de declarações fundamentais sobre o resultado almejado.
Produtor	Uma organização que cultiva soja - por exemplo, um agricultor.
Produtos Fitossanitários	Agroquímicos utilizados no controle de pragas e ervas daninhas, incluindo herbicidas, fungicidas e pesticidas.
Quantidade	<p>A quantidade de material, medida em volume ou peso.</p> <p>Para produtos transportados por navio, trata-se do volume ou peso ao embarcar-se o produto no navio.</p> <p>Para produtos transportados por caminhão ou trem, este é o volume ou peso na balança ou ponte de pesagem.</p>
Sistema de Cadeia de Custódia	O tipo de controle de cadeia de custódia implementado pela organização - por exemplo, um sistema de balanço de massa ou sistema segregado.
Terras Naturais	Todas as terras com vegetação natural e nativa, incluindo (mas não limitadas a) florestas nativas (segundo a definição da RTRS), matas ciliares, zonas úmidas naturais, pastagens, savanas, pradarias, cerrados e bosques.
Trabalhadores	Neste documento, o termo "trabalhadores" inclui trabalhadores permanentes, temporários e sazonais e também arrendatários.
Trabalhadores Indiretamente Empregados	<p>O termo "trabalhadores indiretamente empregados" na fazenda refere-se, aqui, aos funcionários de prestadores de serviços que realizam serviços diretamente relacionados ao processo de produção.</p> <p>Uma definição mais aprofundada dos 'serviços diretamente relacionados ao processo de produção' deve ser elaborada nos processos nacionais de interpretação.</p>
Usuários Tradicionais da Terra	Comunidades (ou indivíduos, em casos de populações muito escassas) que há muito tempo vêm exercendo os direitos de uso ou acesso na propriedade que está passando por certificação.
Vida Silvestre	Todos os animais vertebrados, mamíferos ou animais maiores e mais carismáticos que não foram domesticados ou amansados e que vivem, normalmente, em um ambiente natural.
Zonas Úmidas / Água de Superfície / Água Superficial /	Áreas de pântano, marisma, turfeira ou água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marinha cuja profundidade na maré baixa não excede seis metros

Corpos d'Água

(Convenção de Ramsar).

Zonas Úmidas Naturais

As zonas úmidas marinhas e costeiras são classificadas nas Categorias: A- Águas marinhas rasas e permanentes, na maioria dos casos com profundidade inferior a seis metros em maré baixa; inclui estreitos e baías do mar; B- Leitos aquáticos marinhos subtidais; inclui leitos de algas, leitos de ervas marinhas, prados marinhos tropicais; C- Recifes de coral; D- Costas marinhas rochosas; inclui ilhas rochosas, falésias; E- Margens de areia, cascalho ou seixo; inclui barras de areia, cordões litorais (lidos) e ilhotas de areia; inclui sistemas dunares e vales dunares úmidos; F- Águas estuarinas; águas permanentes de estuários e sistemas de deltas estuarinos; G- Planícies intertidais de lama, areia ou sal; H- Pântanos intertidais; Inclui sapais, marismas salgados, áreas cobertas pela maré, sapais elevados; inclui marismas de água salobra da maré e de água doce; I- Áreas úmidas florestadas entre marés; inclui manguezais, pântanos nipah e florestas pantanosas de água doce de maré; J- Lagoas costeiras salobras / salinas; Lagoas salobras a salinas, com pelo menos uma ligação relativamente estreita ao mar; K- Lagoas costeiras de água doce; inclui lagoas de água doce do delta; ZKA - Carste e outros sistemas hidrológicos subterrâneos. E como zonas úmidas continentais (categorias L- Deltas interiores permanentes, M- Rios / córregos / riachos permanentes, incluindo cachoeiras; N- Rios / córregos / riachos sazonais / intermitentes / irregulares; O- Lagos permanentes de água doce (de mais de 8 ha); inclui grandes lagos de braços mortos; P- Lagos de água doce intermitentes / sazonais (de mais de 8 ha); inclui lagos de várzea; Q- Lagos e planícies salinas / salobras / alcalinas permanentes; R- Lagos e planícies salinas / salobras / alcalinas intermitentes / sazonais; Sp- Brejos / marismas permanentes salinos / salobras / alcalinos; Ss- Brejos / Marismas sazonais / intermitentes salinos / salobras / alcalinos; Tp- Brejos / marismas permanentes de água doce, lagoas (com menos de 8ha), marismas e pântanos em solos inorgânicos, com vegetação emergente e com a água registrada durante, pelo menos, a maior parte do período vegetativo; Ts- Brejos / marismas sazonais / intermitentes de água doce em solos inorgânicos, inclui pântanos, buracos decorrentes de erosão, prados sazonalmente inundados, pântanos de Cyperaceae; U- Turfeiras não arborizadas, incluindo pântanos arbustivos ou abertos, brejos, marismas; Va- Zonas úmidas alpinas; inclui prados alpinos, águas temporárias de degelo; Vt- Áreas úmidas em tundras, incluindo brejos de tundra e águas temporárias de degelo; W- Áreas úmidas dominadas por vegetação arbustiva, pântanos com vegetação arbustiva, pântanos de água doce dominados por vegetação arbustiva, shrub carr, alder thicket em solos inorgânicos; Xf- Áreas úmidas de água doce dominadas por árvores, incluem florestas de pântanos de água doce, florestas sazonalmente inundadas, pântanos arborizados em solos inorgânicos; Xp- Turfeiras arborizadas, florestas em pântanos de turfa; Y- Nascentes de água doce, oásis; Zg- Águas geotérmicas; ZKB- Carste e outros sistemas hidrológicos subterrâneos, interiores.

Zoneamento

A classificação do uso permitido ou preferencial da terra.

Annex 4 – Orientações RTRS para a Expansão Responsável da Soja

As orientações foram desenvolvidas de acordo com o Anexo 4 do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável Versão 2.0.

Os mapas de macroescala e suas categorias trazem uma abordagem inicial referente a uma área específica, classificada de acordo com uma das quatro categorias definidas pela RTRS:

- **Áreas de Categoria 1** (áreas em vermelho) = áreas críticas para a biodiversidade (focos), onde as partes interessadas concordam que não deve ocorrer qualquer conversão da vegetação nativa em produção de soja responsável.
- **Áreas de Categoria 2** (áreas em amarelo) = áreas de alta importância para a biodiversidade onde, de acordo com a Versão 2 do padrão, a expansão da soja só pode ser realizada após uma avaliação das AAVC para identificar as áreas de conservação e as áreas onde pode haver expansão. Na Versão 3 do padrão, a conversão sem a avaliação das AAVC é permitida somente até junho de 2016. Depois de junho de 2016, não será permitida qualquer conversão de terras naturais.
- **Áreas de Categoria 3** (áreas em verde escuro) = áreas onde a legislação existente é suficiente para controlar a expansão responsável até junho de 2016 (geralmente, são áreas muito importantes para a agricultura e não importantes para a conservação). Após junho de 2016, não será permitida qualquer conversão de terras naturais.
- **Áreas de Categoria 4** (áreas em verde claro) = áreas já utilizadas para fins agrícolas e onde não há vegetação nativa remanescente exceto em reservas legais e, portanto, não ocorre qualquer expansão adicional. Após junho de 2016, não será permitida qualquer conversão de terras naturais.

Devido à sua condição de macroescala (1:250.000 ou 1:500.000), os mapas orientam ferramentas que não excluem os cenários, nas fazendas, em que os produtores são capazes de comprovar a observância dos requisitos do Padrão RTRS em matéria de expansão. Em áreas de Categoria 3 e Categoria 4, pode haver cenários em explorações agrícolas que, devido à abordagem de escala ou outros fatores, não podem ser mapeados (por exemplo, pequenas zonas úmidas, áreas de valor cultural, etc.).

As orientações para o uso de mapas de acordo com categorias de fazenda são:

Categoria 1: Não certificável, a menos que os produtores possam demonstrar de outra maneira confiável que a abertura ocorreu antes maio de 2009 (*).

Categorias 2, 3 y 4: As terras convertidas legalmente até junho de 2016 (***) são certificáveis. Após junho de 2016, não será permitida qualquer conversão de terras naturais.

(*) Na Categoria 1, os produtores podem comprovar que as fazendas foram convertidas antes de maio de 2009 por meio de outras ferramentas auditáveis e / ou suas combinações (por exemplo, mapas de uso da terra anteriores a 2009, faturas de lavoura, guias de remessa ou conhecimentos de carga com origem na fazenda, etc.).

(**) Nas Categoria 2, 3 e 4, os produtores podem comprovar que as fazendas foram convertidas antes de junho de 2016 por meio de outras ferramentas auditáveis e / ou suas combinações (por exemplo, mapas de uso da terra anteriores a junho de 2016, faturas de lavoura, guias de remessa ou conhecimentos de carga com origem na fazenda, etc.).

Nota: Em todas as categorias, a conformidade legal prevalece sobre qualquer outra classificação.

Nesta primeira fase, os mapas estarão disponíveis em: <http://arcg.is/1GYcL1F>.

(O sistema requer computadores com, no mínimo, 4 GB de RAM).

Anexo 5 – Exemplo: Desenvolvimento de um Plano para Garantir a Preservação da Vegetação Nativa e da Vida Silvestre na Fazenda

O objetivo desta orientação é apresentar um exemplo para os produtores sobre como desenvolver um plano sob o âmbito da aplicação do Indicador 4.5.2 do Padrão RTRS. No entanto, os produtores podem desenvolver outros planos com formatos ou técnicas diferentes, desde que estejam em conformidade com o conteúdo básico exigido na orientação referente ao 4.5.2.

Alguns aspectos desta orientação também podem ser considerados na implementação de outros indicadores do padrão que necessitam de plano e monitoramento.

O plano pode ser elaborado seguindo os quatro passos abaixo:

1. Identificação da vegetação nativa e da vida silvestre existentes na fazenda.
2. Indicadores e linha de base do estado da vegetação nativa e da vida Silvestre.
3. Medidas de preservação da vegetação nativa e da vida Silvestre.
4. Monitoramento e gestão adaptativa.

1. Identificação da vegetação nativa e da vida silvestre existentes na fazenda.

O mapa exigido no Indicador 4.5.1 pode ser utilizado na identificação da vegetação nativa na fazenda.

A vegetação nativa identificada neste mapa deve ser classificada em diferentes unidades de vegetação utilizando os nomes dos ecossistemas locais, tais como floresta caldén, espartillar, aibal ou planícies salinas. Com base nesta primeira identificação, deverá ser elaborada uma descrição de cada ambiente por meio de rápida consulta da literatura ou com especialistas locais, contendo as principais espécies, ameaças e quaisquer outras informações úteis para a definição dos Passos 2 e 3.

No caso de áreas degradadas ou sob restauração, a descrição deve conter informações sobre o estado de degradação⁶.

2. Indicadores e Linha de Base do Estado da Vegetação Nativa e da Vida Silvestre.

Para cada um desses ecossistemas e espécies identificadas, deve ser selecionado pelo menos um indicador de seu estado atual.

Os indicadores devem ser escolhidos estrategicamente; eles devem ser de fácil medição e devem fornecer informações relevantes para a gestão adaptativa.

Ao aplicar esta orientação, os indicadores podem descrever o estado:

- a) da unidade de vegetação;
- b) de uma espécie-chave, ou;
- c) de uma ameaça a qualquer um dos dois itens acima.

Os exemplos de cada tipo aparecem listados na “Tabela 1”.

Tabela 1: Exemplos de Indicadores

Nº	Indicadores de Preservação de uma Unidade de Vegetação	Metodologia de Medição	Unidades
1	Superfície ⁷ .	Ferramentas de Imagem por Satélite, Cálculos Geométricos.	ha
2	Cobertura da Copa das Árvores.	Ferramentas de Imagem por Satélite, Análise de Grade.	%
3	Distância até a(s) mancha(s) de vegetação nativa mais próxima(s) ⁸ .	Ferramentas de Imagem por Satélite, Cálculos Geométricos.	m, km
4	Comprimento da fronteira com outras Manchas de Vegetação Nativa.	Ferramentas de Imagem por Satélite, Cálculos Geométricos.	M, km
5	Solo descoberto.	Amostragem com Círculos.	%
6	Cobertura da Espécie x ⁹ .	Amostragem com Círculos.	%
7	Número de Plantas da Espécie y ¹⁰ por m².	Amostragem com Círculos / Amostragem em Grade.	#
8	Número de Plantas da Espécie y por m.	Amostragem em Transectos.	#

⁶ Áreas com degradação severa ou mesmo com transformação antrópica podem ser restauradas de volta à vegetação nativa. Nesses casos, o ecossistema-alvo também deverá ser identificado e descrito.

⁷ Somente quando o plano de gestão visa incrementar a superfície.

⁸ Somente quando o plano de gestão visa incrementar a conectividade.

⁹ Este indicador costuma ser usado em ecossistemas de pastagens. A espécie x pode ser uma gramínea ou planta nativa, característica da unidade de vegetação ou indicativa de sua saúde, ou pode ser a que buscamos reintroduzir no plano de restauração. Ela também pode ser uma planta invasora que buscamos reduzir no plano de gestão.

¹⁰ A espécie y pode ser uma espécie-chave ou um grupo de espécies - nativas ou invasoras - ou plantas novas ou de determinados tamanhos.

Nº	Indicadores de Preservação de uma Espécie-Chave	Metodologia de Medição	Unidades
9	Número de Observações da Espécie ou de seus Sinais (Rastros) ¹¹ .	Amostragem em transectos ou grade. Contagem dos indivíduos em determinada colônia. Registro de Observações Espontâneas por Unidade de Tempo.	#
Nº	Indicadores de Ameaça ou Pressão	Metodologia de Medição	Unidades
10	Número de Sinais ¹² de Atividades Humanas Invasoras (caça, coleta, indústria madeireira).	Amostragem em transectos ou grade.	#
11	Quantidade de Poluentes em Corpos / Cursos d'Água.	Registro de Observações Espontâneas por Unidade de Tempo.	ppm
12	Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) em Corpos d'Água / Cursos de Água.	Amostragem e Análises de Laboratório.	mg/ l
13	Quantidade de Sedimentos em Suspensão em Corpos / Cursos d'Água.	Amostragem e Análises de Laboratório.	mg/l
14	Número de Focos de Incêndio.	Amostragem e Análises de Laboratório.	#
15	Número de Pontos / Impactos nos Cartões de Controle de Pulverização.	Registro de Alarmes de Incêndio por Ano / Temporada.	Punto por ficha

A primeira medição de todos os indicadores será considerada a linha de base na identificação de tendências futuras.

3. Medidas de Preservação da Vegetação Nativa e da Vida Silvestre.

Esta parte do plano deve descrever as ações que visam preservar ou melhorar as condições da vegetação nativa ou da vida silvestre. A descrição da vegetação nativa e da vida silvestre na fazenda (Passo 1), bem como suas ameaças e problemas de conservação, são o principal subsídio à decisão sobre as medidas adequadas a ser implementadas.

As ações podem ser implementadas visando um impacto direto em uma unidade de vegetação ou espécie, ou para atenuar a pressão causada por operações agrícolas. A Tabela 2 apresenta uma lista de exemplos.

Tabela 2: Exemplos de Medidas Relacionadas às Questões e Indicadores

Problema / Risco	Ação	Indicador
Baixa Extensão de Ecossistemas Nativos.	Restaurar a Vegetação Nativa em Locais-Chave.	1, 2
Vegetação Degradada em Ecossistemas Nativos ¹³ .	Restaurar a Vegetação Nativa em Locais-Chave.	2, 5, 6, 7, 8, 15

¹¹ Fezes, ninhos, tocas, pegadas, cantos de pássaros, etc.

¹² Armadilhas, campos de caça furtiva, resíduos de atividades madeiras.

¹³ Falta de espécies-chave ou grupo de espécies, falta de cobertura do solo, presença de espécies invasoras, efeitos da aplicação de agroquímicos.

	Tratamentos contra Plantas Invasoras. Zona de Amortecimento (<i>Buffer</i>) na Pulverização e Outras Atividades Agrícolas.	
Fragmentação, Falta de Conectividade.	Redesenho dos Corredores e Manchas de Vegetação Nativa.	3, 4
Desertificação, Erosão.	Plantio de Conservação. Terraços. Vento ou Barreiras de Escoamento. Re-vegetação e Restauração.	5, 13
Atividades Humanas Invasoras.	Atividades Educacionais para Funcionários e Comunidades Locais. Controle de Entradas não Autorizadas .	10
Contaminação ou Eutrofização dos Corpos d'Água.	Zona de Amortecimento na Pulverização. Re-vegetação ou Criação de Barreiras na Zona de Amortecimento. Boas Práticas Agrícolas Específicas perto de Corpos d'Água.	11, 12, 13
Risco de Incêndio.	Criação de Barreiras contra Incêndios. Sistema de Alarme de Incêndio. Queima Controlada de Biomassa Seca. Capacitação para os Funcionários e Comunidades Locais.	14
Degradação do Habitat de Espécies-Chave.	Qualquer um dos Itens Anteriores. Medidas Específicas para Aumentar a População ¹⁴ .	9

4. Monitoramento e Gestão Adaptativa.

Isto inclui a implementação do plano de monitoramento e a análise dos resultados. Identificação de tendências positivas ou negativas, atendendo ou não às metas desejadas. Se os resultados não forem os esperados, o plano deverá ser ajustado.

Algumas causas possíveis:

- O indicador não é adequado para o cenário.
- A metodologia ou mecanismo de coleta de dados não é preciso: metodologia de amostragem, falta de treinamento, etc.
- As ações não foram bem implementadas.
- As ações foram efetivamente implementadas, mas não são eficazes em si (não produzem os resultados esperados).

¹⁴ Controle de predadores, criação de bebedouros, reintrodução de alimentos ou recursos de habitat específicos (determinadas árvores ou frutos), criação de conexões entre ecossistemas específicos, etc. Essas ações precisam ser definidas em consulta com especialistas locais.

Anexo 6 – Medidas e Práticas de Manejo Integrado de Culturas (MIC) na Produção de Soja

El enfoque del RTRS hacia un Manejo Integrado de Cultivos (MIC) es la adopción voluntaria de un número de medidas y sub-medidas de MIC que aumente con el paso del tiempo, de acuerdo a un plan elaborado bajo la supervisión de profesionales, que en el caso de la certificación de grupo podría ser ofrecida por el gestor del grupo a miembros del grupo individual. La tabla siguiente presenta una lista no exhaustiva de medidas y prácticas que se pueden utilizar en el desarrollo y auditoría del plan de MIC desarrollado por el productor o grupo de productores.

Medida	Práticas
1. Prevenção.	1a. Plantio de conservação (incluindo o plantio direto, semeadura direta, lavoura em contorno, etc.). 1b. Práticas de controle mecânico para evitar a germinação ou disseminação de sementes de ervas daninhas. 1c. Manutenção da cobertura vegetal ou do resíduo no solo entre as culturas. 1d. Rotação de culturas (incluindo 1c.). 1e. Escolha da variedade da semente: escolher a variedade resistente à praga principal. 1f. Monitorar e registrar os organismos nocivos e benéficos. 1g. Zonas de amortecimento e refúgios de biodiversidade (por exemplo, sebes, vegetação ciliar, etc.).
2. Medidas técnicas de cultivo.	2a. Data / momento da semeadura. 2b. Análise do campo para avaliar os limiares de danos referentes a todas as pragas (comprovada pela manutenção diária de registros). 2c. Uso de fertilizantes com necessidade comprovada por um profissional especializado em solo / fertilização. 2d. Remoção de ervas daninhas / operações interculturais manuais. 2e. Remoção de ervas daninhas / operações interculturais mecânicas que não prejudicam a estrutura do solo, o teor de matéria orgânica ou outros valores de solo e água.
3. Sistemas de aconselhamento e alerta precoce.	3a. Uso de informações climatológicas ao determinar as aplicações. 3b. Uso de armadilhas contra pragas. 3c. Uso de manuais ou sistemas de apoio à tomada de decisões. 3d. O uso de serviços ou sistemas de alerta contra pragas e doenças como a ferrugem asiática.
4. Proteção não-química das culturas.	4a. Uso de insetos benéficos que ocorrem naturalmente através da manutenção de zonas de amortecimento / vegetação natural.

Medida	Práticas
	<p>4b. Uso de agentes de controle biológico.</p> <p>4c. Uso de substâncias de origem natural na proteção das culturas.</p> <p>4d. Uso de inoculantes (bactérias simbióticas) para promover a absorção de nitrogênio.</p>
5. Proteção química de culturas e técnicas de aplicação.	<p>5a. Rotação do princípio ativo.</p> <p>5b. Aplicação de produtos fitossanitários somente quando o limiar de danos econômicos for atingido.</p> <p>5c. Uso de produtos fitossanitários selecionados, com níveis baixos de toxicidade para seres humanos e o ecossistema.</p> <p>5d. Uso de produtos fitossanitários de estreito espectro.</p> <p>5e. Uso de aplicação de precisão / local.</p>
6. Redução de emissões.	<p>6a. Uso de equipamentos adequados e bem calibrados.</p> <p>6b. Zona livre de pulverização na direção dos principais cursos d'água, de acordo com as orientações de um profissional especialista em agroquímicos.</p> <p>6c. Nas pulverizações aéreas, não há qualquer aplicação onde ocorram inversões de temperatura ou outras condições meteorológicas desfavoráveis (ventos de alta velocidade, etc.).</p>

Anexo 7 – Orientações para as Interpretações Nacionais

Esta orientação **deve** ser seguida pelos Grupos Técnicos Nacionais da RTRS¹⁵ na elaboração de Interpretações Nacionais do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável.

Critério de referência	Orientações para as Interpretações Nacionais
1.1	Fornecer orientações sobre as leis aplicáveis. Listar as leis aplicáveis no documento da interpretação nacional e no site da RTRS.
1.2	<p>Fornecer uma definição mais aprofundada do que constitui prova / evidência aceitável de <i>direitos legais de uso da terra</i> e os métodos adequados de comprovação dos direitos.</p> <p>Fornecer orientações sobre como lidar com situações em que o processo legal de definição da posse da terra e dos direitos de uso é demasiadamente longo.</p> <p>Se for o caso, abordar também os acordos de aluguel e de arrendamento. Considerar também o período mínimo de arrendamento da propriedade, se for o caso.</p>
1.3	Produzir uma lista de possíveis indicadores para seleção voluntária pelo produtor (candidato à certificação) para demonstrar a melhoria contínua; por exemplo, o teor de carbono do solo, o uso de agroquímicos, a situação das matas ciliares, etc.
2.1	2.1.4-2.1.5 Quando permitido pela legislação e considerado essencial para a agricultura familiar, as interpretações nacionais podem considerar que crianças entre 13 e 15 anos de idade podem realizar atividades produtivas leves durante a alta temporada, desde que o trabalho não exceda 14 horas semanais e não interfira com os estudos. A Interpretação Nacional definirá o número de horas que estas crianças poderão realizar atividades produtivas leves na agricultura familiar durante o recesso de verão.
2.2	<p>Definir o escopo dos 'serviços diretamente relacionados ao processo de produção' (ver a Orientação do Critério 2.2).</p> <p>Nos países que não exigem contratos formais de trabalho entre o trabalhador e o empregador, definir quais comprovantes alternativos da relação de trabalho devem ser fornecidos (por exemplo, registro do funcionário junto à previdência social / agência de empregos).</p>
2.5	<p>Definir o escopo dos 'serviços diretamente relacionados ao processo de produção' (ver a Orientação do Critério 2.5).</p> <p>Determinar se os salários mínimos estipulados pela legislação nacional ou pelos acordos do setor são adequados para satisfazer as necessidades básicas. Se não forem adequados, fornecer orientações claras em relação a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) o valor aceitável para satisfazer as necessidades básicas (por exemplo, valores de referência) (Referência: Convenção 131 da OIT sobre a Fixação de Salários Mínimos); b) a metodologia a ser utilizada nessa estipulação (por exemplo, o cálculo do SA8000); c) uma metodologia para atender às necessidades básicas (por exemplo, uma abordagem passo a passo do SA8000 - versão de 2008). <p>As interpretações nacionais podem incluir indicadores adicionais em relação a esse ponto.</p>
3.3	Fornecer orientações sobre a interpretação adequada de ' <i>tempo hábil</i> '.

¹⁵ Ou por qualquer outro grupo reconhecido pela RTRS para elaborar a Interpretação Nacional oficial da RTRS.

Critério de referência	Orientações para as Interpretações Nacionais
4.1	<p>Identificar se a atual legislação nacional referente às avaliações de impacto é adequada para atender aos requisitos deste critério.</p> <p>Se não for:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Definir 'novas infraestruturas de grande porte e alto risco' no país / região. Alguns exemplos de novas infraestruturas: silos, áreas de armazenamento, edificações, estradas, pontes e barragens; b) Definir as devidas qualificações profissionais ou experiência que deve(m) ter a(s) pessoa(s) que realiza(m) a avaliação dos impactos. <p>As interpretações nacionais também podem incluir modelos ou orientações sobre como deve ser realizada a avaliação de impacto.</p>
4.2	<p>4.2.2 O GTN deverá definir o significado de armazenamento e descarte adequado dos elementos, listado em 4.2.2.</p> <p>4.2.4 Fornecer informações sobre os programas existentes de reutilização ou reciclagem de resíduos.</p>
4.3	<p>4.3.1 Fornecer orientações sobre o que fazer quando as operações com máquinas na fazenda são terceirizadas.</p> <p>4.3.1 Avaliar se a exigência de manter registros é adequada para os pequenos produtores.</p>
4.4	<p>4.4.1.2 c) Opção 1 Compilar uma lista de mapas oficiais e adequados.</p> <p>As interpretações nacionais devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. Aprofundar a definição de floresta nativa, incluindo a identificação dos biomas que se enquadram nesta definição. 2. Não estabelecer requisitos menos rigorosos do que a definição genérica. 3. Fornecer orientações sobre como identificar tais áreas.
4.5	<p>Nos países em que a lei requer a existência de reservas na fazenda, as INs devem especificar os meios aceitáveis de verificação do cumprimento da lei: por exemplo, imagens de satélite, registro da área no cadastro territorial.</p> <p>Nos países com soja nativa, desenvolver indicadores relativos à proteção da diversidade genética da soja.</p>
5.1	<p>5.1.2 Fornecer orientações sobre o que deve ser medido e monitorado, incluindo o abastecimento hídrico.</p> <p>5.1.2 Fornecer informações sobre como realizar o monitoramento.</p>
5.2	<p>Elaborar orientações mais específicas sobre os planos de restauração adaptados à realidade nacional, levando em conta a escala da operação, as diferenças entre os biomas do país e os diversos requisitos legais.</p> <p>Definir a largura da faixa de mata ciliar a ser mantida ou restaurada. Isso dependerá da largura do curso d'água.</p> <p>Esclarecer os requisitos referentes às fazendas de pequeno porte.</p>
5.4	<p>Levar em conta a escala e o contexto, especialmente nas fazendas de pequeno porte - isto diz respeito tanto ao nível esperado de MIC quanto aos registros mantidos.</p>
5.5	<p>5.5.1 Levar em conta a escala e o contexto, especialmente nas fazendas de pequeno porte.</p> <p>5.5.3 Identificar se as regras nacionais são suficientes para o indicador. Esclarecer os requisitos adicionais sempre que necessário.</p>
5.6	<p>Fornecer as listas de produtos químicos das Convenções de Roterdã e Estocolmo e de quaisquer agrotóxicos proibidos no país em questão.</p>
5.7	<p>Traduzir as leis e protocolos relevantes em orientações compreensíveis relativas aos diversos tipos de procedimentos. Acrescentar indicadores adicionais referentes à orientação a ser seguida. (Por exemplo, orientações de protocolos internacionais).</p> <p>5.7.2 Levar em conta a escala e o contexto, especialmente nas fazendas de pequeno porte.</p>

Critério de referência	Orientações para as Interpretações Nacionais
5.8	<p>5.8.1 Fornecer orientações sobre quais instituições oferecem os sistemas mencionados.</p> <p>5.8.2 Fornecer orientações sobre como deve ser feita a comunicação - ou seja, os meios de comunicação adequados.</p>
5.9	<p>5.9.1 Definir boas práticas agrícolas na aplicação de agroquímicos.</p> <p>Fornecer uma lista com todos os agrotóxicos Ia, Ib e II da OMS, incluindo os nomes locais ou comerciais.</p> <p>5.9.1 e 5.9.2 Os requisitos referentes às fazendas de pequeno porte devem ser adequados à escala e ao contexto.</p> <p>5.9.3 Definir como as pessoas devem ser informadas sobre atividades de pulverização em cada país ou região. Pode ser, por exemplo, por rádio, SMS ou foguete de aviso.</p> <p>5.9.3 - 5.9.5 Esclarecer os principais requisitos legais nacionais, os limites relacionados à aplicação de agroquímicos e quaisquer requisitos adicionais relativos ao padrão - incluindo as distâncias mínimas de aplicação, caso não sejam determinadas por lei.</p>
5.10	<p>Fornecer orientações sobre situações relevantes de coexistência e as medidas associadas a elas.</p> <p>Em países ou regiões onde já está provado que uma zona de amortecimento menor que 30 metros é suficiente para prevenir a contaminação e preservar a pureza dos sistemas vizinhos, a faixa de amortecimento poderá ser menor e definida nas práticas nacionais.</p>
5.11	<p>Defina '<i>fontes legais, conhecidas e de qualidade</i>'.</p>

Anexo 8 – Membros do Grupo de Trabalho Técnico de Revisão: Abril de 2015 - Março de 2016

Nomes	Empresa	País
PRODUTORES		
Luiz Laquinta	Fazendas Bartira - Brookfield	Brasil
Juliana Lopez	AMAGGI	Brasil
Fabiana Reguero		
Alejandro O'Donnell	Aapresid	Argentina
José Luis Tedesco		
William Bonalume	SLC Agrícola	Brasil
MEMBROS DA INDÚSTRIA		
Pablo Casabianca	Syngenta	Uruguay
Rodrigo Morais	Bayer	Argentina
Bernardo Martinez Ribaya		
Ezequiel Paul	Nidera	Argentina
Daniela Mariuzzo	Monsanto	Brasil
SOCIEDADE CIVIL		
Cassio Franco Moreira	WWF	Brasil
Edegar de Oliveira Rosa		
Hernán de Arriba Zerpa	Fundación Proyungas	Argentina
Roxana Aragón		
Ulises Martinez Ortiz	Fundación Vida Silvestre	Argentina
Harry van der Vliet	Solidaridad	Brasil
OBSERVADORES E FONTES DE INFORMAÇÃO		
Verónica Weber	Nidera	Argentina
Julieta Viglione	Schutter	Argentina
Mariano Salerno		
Daniel Kazimierski	RTRS	Argentina
Jimena Froján	RTRS	Argentina
Paulina Villalpando	HCVRN	México
COORDENADORA		
Cecilia Gabutti	Consultant	Alemanha



Unidade Técnica da RTRS

technical.unit@responsiblesoy.org
info@responsiblesoy.org

Número de telefone: +54 11 4551 5070

www.responsiblesoy.org